ACOMPANHAMENTO DA SAFRA 1985/86

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

VOLUME 10 N.º 4 ABRIL DE 1986

IMPRESSO

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA
CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS

AGROANALYSIS

Editor: Sylvio Wanick Ribeiro (Chefe do CEA/IBRE/FGV)

Núcleo central de pesquisadores: Boris Gheventer (preços no nível do produtor), Bruno Marcus Rangel Pessanha (supervisão de pesquisa e pecuária), Fernando Roberto de Freitas Almeida (editoração, arroz, feijão e uva), Fernando da Silva Santiago (café e amendoim), Francisco Antônio da Fonseca Menezes (cana-de-açúcar e álcool), Iracema Bouzas Pessoa (algodão, batata e laranja), Irene Raguenet Troccoli (milho, aves e suínos), Leila Tendrih de Freitas Almeida (oleaginosas e trigo), Maria José Cyhlar Monteiro (política agrícola e cacau), Martha Macedo de Lima Barata (cevada, centeio e sorgo).

Estatística: Lúcio Junqueira Campos, Mário Sachs Rabello e Oraide Terezinha Novaes (preços no nível do produtor).

Documentação: Glória Maria Teixeira Grego (bibliotecária) e Maria Célia Ávila Bezerra.

Auxiliar de editoração: Luizete Adelaide da Pena de Sousa.

Serviços de secretaria: Márcia Regina Gontijo de Souza (secretária), Lúcia Maria Santos de Paula, Rosa Cristina da Silva Leite e Vilma Tavares de Lima Oliveira.

Composição: Neli Martins Mascarenhas e Iolanda Aparecida da Silva.

Arte, incluindo capa, gráficos, ilustrações e diagramação: Pedro Marcílio da Silva Leite.

Impressão: Gráfica Portinho Cavalcanti Ltda. (Tels.: PABX 224-7732 – 231-3213).

É permitida a reprodução total ou parcial do **Agroanalysis**, desde que seja citada a fonte.

Agroanalysis, v.1– ,n.1– 1977–
Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1977
mensal CDU 631(05)

Rua da Candelária, 6
Fone: 233-6040
Telex: 212-3840 FGVE BR
20.091 – Centro – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL

Solicita-se aos leitores que, na comunicação da mudança de endereço, remetam a etiqueta do último **Agroanalysis** recebido.

NOTA DA EDIÇÃO

Esta edição se ocupa, em especial, do acompanhamento das safras das principais **lavouras de verão.** *O período é atípico, como conseqüência do* **Plano de Estabilização Econômica** *e os textos aqui inseridos deixam de se ocupar de todos os acontecimentos e alterações recentes na área agrícola, mas ressaltam os mais importantes. Persistem as indefinições quanto à comercialização da atual safra, que deverá atender ao consumo em ascensão, bem como no que se refere ao plantio da próxima e, mesmo, antes disso, da* **safra de inverno** *do Centro-Sul.*

As mais novas estimativas da safra 1985/86 confirmam que as perdas decorrentes da estiagem foram muito menores do que as que vinham sendo anunciadas. A alegação para este resultado é que houve melhoria do clima em diversas zonas agrícolas, a partir de fevereiro, e sucessos nos replantios. Convém não esquecer, contudo, que a superestimativa de quebras na agricultura é usualmente difundida para facilitar procedimentos especulativos. Afinal, registraram-se sensíveis altas nos preços dos produtos de origem agrícola, nos comércios atacadista e varejista, durante a entressafra. Aliás, o agricultor, a essa altura, já não mais detinha estoques e o mercado encontrava-se bem abastecido de grande parte dos gêneros alimentícios.

Atualmente, o governo federal defronta-se com vários desafios. O escoamento da safra está a exigir elevada disponibilidade de recursos, cuja origem ainda não se definiu. Também permanece indefinida a taxa de juros que vigorará, sendo certo que não permanecerá a atual. O **Banco do Brasil** *não está operando com a modalidade de* **Empréstimos do Governo Federal,** *com opção de compra e os sem opção vêm sendo feitos a juros de mercado, com recursos das diversas instituições financeiras envolvidas.*

Essa situação fez com que os produtores se voltassem para as **Aquisições do Governo Federal,** *o que leva a* **Companhia de Financiamento da Produção** *a prever a realização de grandes compras, também desta feita, ensejando repetir, de certa forma, o acontecido na safra passada, quando a intermediação se retraiu, esperando por ganhos futuros, os quais vieram, quando o governo vendeu os seu estoques a preços* **de compra.**

A nova safra terá de ser colhida e é sabido que aos produtores, de modo geral, falecem meios para retê-la no campo, à espera de oportunidades de vendas. Sob a lei dos preços tabelados, ou congelados, dificilmente haverá interesse de os intermediários formarem estoques significativos. Dessa forma, faz-se imprescindível que o governo enuncie de modo claro o que pretende e aja, em conseqüência, mas tendo sempre presente que o agricultor, ao invés de punido, como às vezes ocorre, terá de ser estimulado, para fazer crescer a produção nacional.

Há várias propostas sendo discutidas pelas autoridades, no momento em que se encerra esta edição. Tratam do **curto prazo,** *também importante, mas o* **Setor Agrícola,** *que necessita da formulação e implementação de uma política específica, obrigatoriamente de* **longo prazo,** *parece que terá de continuar, por mais tempo ainda, vivendo ao sabor das circunstâncias.*

SUMÁRIO

ACOMPANHAMENTO DAS SAFRAS DE:
- Algodão 2
- Arroz 8
- Feijão 11
- Milho 15
- Soja 18

PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA 23

PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES E RELAÇÃO DE TROCAS 25

PANORAMA AGROPECUÁRIO – PREÇOS
- Mercado Externo 26
- Mercado Interno 28
- Relativos 30

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS 32

ALGODÃO

Até o mês de março, considerava-se que os produtores de Minas Gerais seriam os únicos a obterem ganhos elevados, nesta safra, mas a estiagem, naquele mês e em abril, modificou a situação das lavouras. No Paraná e em São Paulo, os preços deverão superar o preço mínimo, não só pelas perdas da estiagem mas, também, pela proximidade da indústria têxtil, que vem apresentando excelente desempenho.

A perspectiva de quebra na produção, em conseqüência da estiagem, fez com que a indústria demandasse grandes quantidades de algodão durante os meses de novembro, dezembro e janeiro, visando a garantir seu suprimento. Os elevados lucros conseguidos em 1985 garantiram os recursos necessários para essa compra de matéria-prima adicional. A **CFP** viu-se, assim, levada a ofertar grandes quantidades de algodão nos leilões em diversas praças (São Paulo, Paraná e Minas Gerais), com o objetivo de evitar que as cotações se elevassem excessivamente. As vendas foram intensas durante aqueles meses e, do estoque de cerca de 320 mil t que esperava ter em fins de fevereiro, a **CFP** detém apenas 110 mil t, atualmente. Vale lembrar que uma parte do algodão comprado pela **Companhia** foi repassada à indústria, como parte do **Programa de Suporte Financeiro à Exportação**, extinto em fevereiro, mas que os industriais pretendem ver prorrogado por mais alguns meses. Caso contrário, tencionam recorrer à compra das 28 mil t de algodão que estão liberadas pela **Cacex** para serem importadas via **draw back**, de um total de 40 mil t pedidas no ano passado. A entrada desse produto no mercado interno, agora, elevaria a oferta, retardando o início das compras industriais.

Desse modo, inversamente ao que se esperava, a indústria deverá estar ausente do mercado comprador até o início de maio, quando boa parte da safra já terá sido comercializada. Em anos normais, nesse mês, praticamente toda a safra já teria sido vendida.

A estiagem de 1985 retardou o plantio e, dessa forma, o pico de safra será igualmente retardado, o que poderá transformar o mercado em vendedor, justamente quando os estoques da indústria já se terão reduzido. Acrescente-se a isso que os recursos outrora destinados a operações financeiras no mercado aberto, este ano deverão dirigir-se, pelo menos em parte, para a formação de estoques, devido à queda brusca das taxas pagas pelo sistema financeiro e à pequena safra da região Centro-Sul, reduzida para cerca de 420 mil t (ver Quadro 01). Caso a produção

QUADRO 01 – BRASIL – BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DE ALGODÃO EM PLUMA – 1982-86
(1.000 t)

ANO	OFERTA				CONSUMO	EXCEDENTE TOTAL	EXPORTAÇÃO	ESTOQUE FINAL[1]
	Estoque Inicial	Produção	Importação	Suprimento				
1982	117,5	680,5	12,2	810,2	579,8	230,4	56,2	174,2
1983	174,2	586,3	2,4	762,9	556,7	206,2	180,0	26,2
1984	26,2	668,0	6,7	700,9	555,2	145,7	32,3	113,4
1985[2]	113,4	960,0	24,0	1.097,4	635,0	462,4	101,8	360,6
1986[3]	360,6	636,2	30,0	1.026,8	660,0	366,8	100,0	266,8

FONTE – CFP e Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem do Estado de São Paulo.

[1] Inclui o estoque de segurança, capaz de garantir o suprimento de dois meses de consumo;

[2] dados preliminares;

[3] estimativa.

NOTA: Do estoque inicial, de 360,8 mil t, apenas 110 mil t estavam em poder do governo federal no final de fevereiro. Destas, só 40 mil t poderiam ser absorvidas pela indústria (tipo 7 para mais). Vale acrescentar que grande parte do excedente estimado para este ano constituiu-se de algodões de tipos piores, que só encontram mercado consumidor no exterior. Por isso, em 1986, o governo federal deve novamente tentar exportar esse produto, visando a reduzir o elevado estoque final estimado para fins de 1986.

industrial continue crescendo às elevadas taxas experimentadas nos últimos três semestres, o consumo de algodão alcançará 660 mil t (ver Gráfico 01), o que representará uma média de 55 mil t por mês. Também o consumo das demais fibras deverá elevar-se (ver Gráfico 02). Nesse caso, cerca de 275 mil t de pluma seriam compradas pela indústria, no período de maio a setembro, restando, da safra do Centro-Sul, 145 mil t. A estas seria acrescida a safra nordestina, que deverá atingir 215 mil t, tendo-se o suficiente para abastecer o mercado até a entrada da safra 1986/87, em março do próximo ano. A oferta total do período, de 360 mil t, será praticamente toda absorvida, visto que, de outubro a fevereiro, o mercado irá demandar mais 275 mil t. A sobra, de 80 mil t, na realidade, significa um suprimento apertado para este ano, na medida em que uma parcela do total produzido é de algodão de tipos piores, que a indústria normalmente não absorve. Do estoque governamental, apenas 40 mil t poderiam ser adquiridas pela indústria, visto que o restante é constituído de tipos 7 para pior.

Diante deste quadro, estranha-se a expectativa atual da indústria, quanto a compras governamentais, nesta safra. Não parece, à primeira vista, que se possa admitir, em 1986, estimativa de um estoque final significativo e, muito menos, de sobras de tipos melhores. Além disso, o congelamento de preços deverá fazer com que a cotação máxima do algodão fique próxima a Cz$ 270/@, vigentes em fins de fevereiro. Este patamar de preço, associado à elevada capitalização das indústrias e à queda da remuneração do mercado aberto financeiro, viabiliza a formação de estoques, como forma de garantir o suprimento, numa situação de possível escassez.

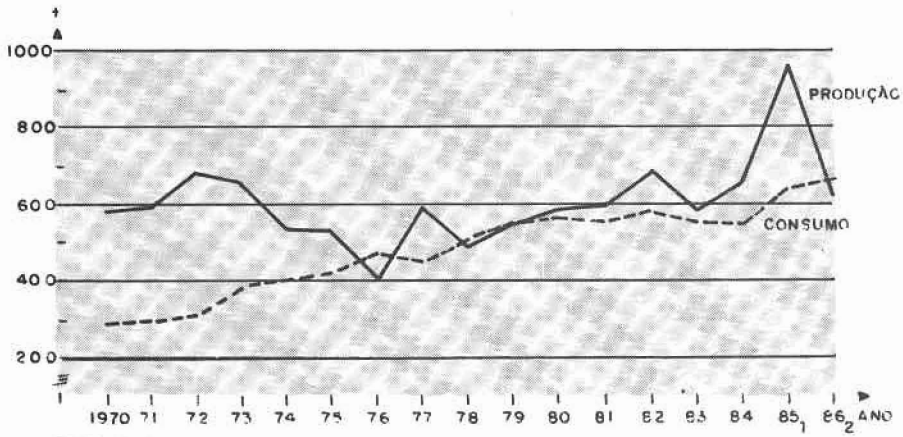
Se a indústria comprar a safra a preços superiores ao mínimo, a **CFP** deixará de imobilizar recursos em **AGF**. O preço mínimo fixado para o algodão em caroço, Cz$ 71,85/@, resulta numa cotação do pluma de Cz$ 244,00/@ dando, portanto, margem de operação ao mercado.

No que tange à política de comercialização do governo federal para 1985/86, os preços mínimos foram fixados, as normas para **AGF** estão chegando à rede bancária (**Banco do Brasil** somente), mas o esquema de **EGF** ainda precisa ser definido.

A principal incógnita é a taxa de juros que será cobrada, uma vez que se comenta que não deverá permanecer em 3% a.a. para os contratos novos. O novo custo do empréstimo deverá levar em conta, porém, a margem de variação que existe hoje entre o preço mínimo e o preço em que foi congelado o algodão no atacado (Cz$ 244,00/@ e Cz$ 270,00/@, respectivamente). Isto porque, o produto colocado sob **EGF** terá que ter a sua venda viabilizada no nível de pre-

BRASIL – PRODUÇÃO E CONSUMO DE ALGODÃO EM PLUMA
1970-86 – 1.000 t

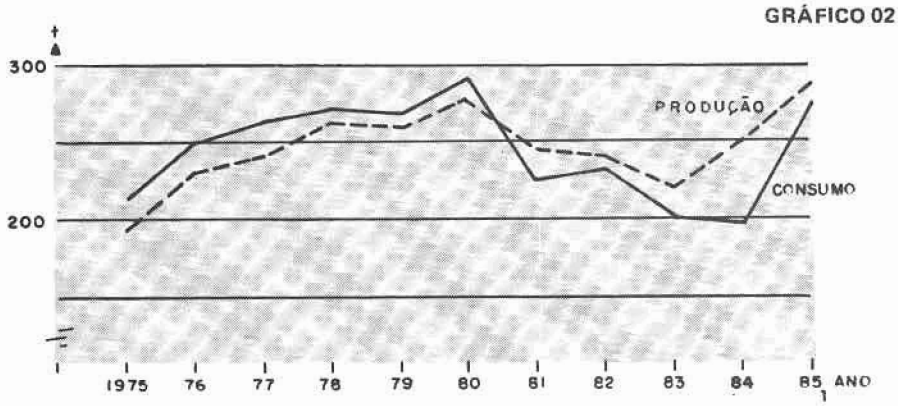
GRÁFICO 01



FONTE: Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem.
1 Dados preliminares;
2 Estimativa.

BRASIL – PRODUÇÃO E CONSUMO DE FIBRAS QUÍMICAS
1975-85 – 1.000 t

GRÁFICO 02



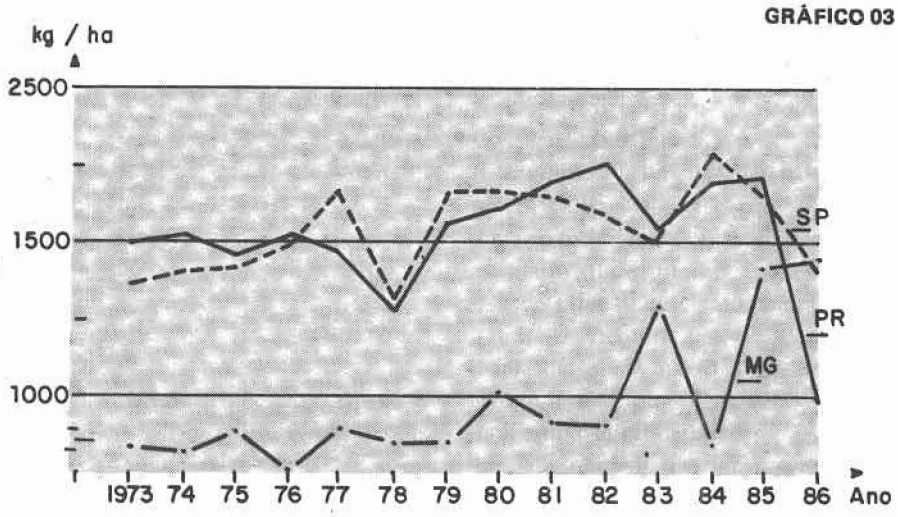
FONTE: Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem.
1 Dados preliminares.

ço de Cz$ 270,00/@ para que não aconteça como no ano passado, quando a cotação no atacado não era suficiente para cobrir os custos dos empréstimos. O resultado foi que uma parcela muito reduzida do produto colocado como penhor dos empréstimos retornou ao mercado, via iniciativa privada. A maior parte converteu-se, na época do vencimento, em **AGF**.

Neste ano, de acordo com informações de cooperativas, deverá haver uma procura intensa por **EGF**, visto que a safra reduziu-se sobremaneira e os produtores, devido à estiagem, poderão prorrogar, pelo prazo de dois anos, com um de carência, 50% dos empréstimos feitos a título de custeio. A dilatação do prazo para saldar as dívidas contraídas, quando do plantio da atual safra, reduz a necessidade de recursos do produtor, possibilitando-lhe esperar mais tempo para vender sua produção. A utilização do **EGF** poderia evitar que o governo federal fizesse grandes aquisições e propiciaria ao lavrador uma oportunidade de ganhos maiores, daqui a alguns meses. Além disso, como a taxa de juros deverá ser bastante reduzida e - espera-se — a inflação média não deverá ser superior a 2%, durante os próximos meses, o risco do produtor em ter que vender daqui a noventa dias ao governo é muito pequeno.

ALGODÃO HERBÁCEO – RENDIMENTO FÍSICO MÉDIO NOS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES DO CENTRO-SUL
1973-86 – kg/ha

GRÁFICO 03



FONTE – IBGE

Inversamente, seu ganho poderá ser razoável, caso o mercado passe a operar na base de Cz$ 270,00/@ , ou mais. Neste caso, o preço recebido poderia chegar a cerca de Cz$ 80,00/@ de algodão em caroço. De qualquer forma, os preços recebidos pelos produtores da região Centro-Sul não terão muito espaço para variações. O mínimo de Cz$ 71,85/@ delimita o patamar inferior, do qual os preços mais baixos deverão se aproximar. Os Cz$ 80,00/@ determinam o patamar superior. Estes poderão ser superiores aos obtidos em 1985, muito embora, na maior parte dos estados, a receita por ha deva ser inferior à de 1985, em função das baixas produtividades esperadas nesta safra (ver Gráfico 03 e Quadro 02).

A opção por **EGF** ou **AGF** irá variar de região para região, visto que existe no mercado algodoeiro uma grande diferença entre os preços pa-

QUADRO 02 – ALGODÃO HERBÁCEO – PRODUÇÃO DA REGIÃO CENTRO-SUL – SAFRAS 1979/80 A 1985/86
(t)

ESTADO	1979/80	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84	1984/85	1985/86[1]
Paraná	561.519	581.000	739.000	700.000	611.865	1.035.661	390.000
São Paulo	482.635	552.480	529.227	464.208	507.686	702.516	462.271
Minas Gerais	107.041	99.110	82.156	110.908	85.273	208.663	201.685
Mato Grosso do Sul	69.346	76.142	60.933	59.522	56.826	106.317	51.925
Mato Grosso	4.914	3.542	3.797	1.909	8.069	21.837	19.588
Goiás	62.960	71.231	66.580	80.225	93.020	116.030	65.420
TOTAL	1.288.415	1.383.505	1.481.693	1.416.772	1.362.739	2.191.024	1.190.889

FONTE – IBGE.
1 Estimativa de março.

gos aos produtores nos diversos estados. No norte de Minas, por exemplo, no início de março, o preço ofertado ao cotonicultor era de aproximadamente Cz$ 50,00/@, cotação que deverá elevar-se até o preço mínimo, assim que a CFP iniciar suas compras. Em Minas Gerais, espera-se uma produção superior à obtida em 1985. A estiagem que ocorreu durante o mês de março e parte de abril deverá reduzir o rendimento físico das lavouras e, conseqüentemente, os ganhos do cotonicultor. Os produtores mineiros eram considerados, até março, os únicos que poderiam obter ganhos elevados nesta safra. A excelente produtividade esperada, associada ao preço mínimo e ao aumento da área cultivada, propiciariam, a exemplo do que aconteceu em 1985, elevados ganhos com a cultura, na região (ver Quadro 02). A seca dos dois últimos meses modificou esta situação, embora ainda não se tenha uma idéia exata dos prejuízos.

No Paraná, os preços oferecidos ao produtor giravam em torno de Cz$ 75,00/@. Tanto ali quanto em São Paulo, a proximidade das indústrias deverá fazer com que os preços se situem acima do mínimo. Vale acrescentar que foram justamente esses dois estados (ver Quadro 02) que registraram as maiores quebras. Suas safras algodoeiras deverão recuar este ano 65% e 47% respectivamente, quando comparadas às obtidas em 1985. Essas reduções têm como causa principal as significativas quedas ocorridas na produtividade, muito embora a área cultivada tenha-se reduzido cerca de 20%.

No Centro-Oeste, a safra esperada é 43% inferior à colhida em 1985. A exemplo do ocorrido nos estados citados, também nessa região a retração da área cultivada e a queda na produtividade respondem pelo recuo na produção (ver Quadro 02).

O governo federal deverá comprar aí grande parte da safra, dados os elevados custos de transporte e a diferença de qualidade do algodão local. Os produtos goiano e mato-grossense do sul têm sido, via de regra, colocados em AGF, a não ser em raros períodos em que a oferta dos demais estados é muito reduzida, e as indústrias paulistas e mineiras tentam abastecer-se com aquele algodão. O normal, porém, é que a CFP adquira a produção e repasse ao mercado interno os melhores tipos, vendendo ao exterior, via programa de concessão de subsídios, parte do restante.

No Nordeste, a safra deverá crescer perto de 20% (ver Quadro 03) em virtude da expansão da área plantada com o herbáceo e do aumento esperado nos rendimentos, tanto do herbáceo como do arbóreo. A área do arbóreo vem-se reduzindo ano a ano (passou de 1,34 milhão de ha, em 1985, para 1,23 milhão nesta safra) devido aos baixos rendimentos obtidos e à piora cada vez maior da fibra, derivada de muita mistura.

A área do herbáceo expandiu-se no Ceará, Pernambuco, Alagoas e Bahia. Nos estados da Paraíba e Rio Grande do Norte, houve queda na área cultivada, notadamente neste último, em virtude da praga do bicudo, que tem causado grandes estragos nas lavouras locais. Mesmo assim, a expectativa é de que sejam alcançados elevados rendimentos por ha, em virtude das boas condições climáticas vigentes durante o período de preparo do solo e plantio.

O preço básico da região, fixado em Cz$ 51,00/@ em 30 de janeiro, foi corrigido em 209,4% em relação ao valor definido para 1985, de

QUADRO 03 – ALGODÃO HERBÁCEO – PRODUÇÃO NA REGIÃO NORTE-NORDESTE – 1980-86
(t)

ESTADO	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986[1]
Piauí	2.658	2.715	2.592	1.956	13.353	40.634	53.197
Ceará	10.530	12.375	57.690	17.034	181.426	114.440	224.265
Paraíba	33.886	25.461	28.397	13.244	109.174	52.472	71.988
Pernambuco	7.131	6.268	10.613	3.491	29.313	34.030	47.807
Alagoas	9.797	17.921	20.860	6.631	20.338	20.073	32.336
Bahia	65.886	69.632	48.137	52.912	67.347	161.193	238.221
OUTROS	20.944	22.035	43.635	12.053	105.906	34.267	23.332
TOTAL	150.832	156.407	211.924	107.321	526.857	457.109	691.146

FONTE – IBGE

1 Estimativa de março.

NOTA: O Rio Grande do Norte não consta do Quadro em virtude de sua produção ter sido reduzida sobremaneira, nas duas últimas safras, pelos ataques do bicudo. Para 1986, esperava-se uma produção de apenas 11.833 t. Esta alcançou, porém, 81.352 t em 1984, reduzindo-se para 20.737 t no ano seguinte.



Cz$ 16,4/@. O preço mínimo fixado deverá incorporar a correção monetária de fevereiro, o que, no entanto, resulta num valor inferior ao preço fixado para a safra do Centro-Sul (cerca de Cz$ 59,00/@ contra Cz$ 71,85/@). Seria de esperar, portanto, que o preço mínimo do Nordeste fosse equiparado ao vigente na região meridional ou que, na época da colheita, o governo federal venha a fixar um novo valor, considerando a variação ocorrida no **IPC** durante o período. Caso as taxas de inflação se mantenham realmente reduzidas, esta correção, porém não será suficiente para igualar o preço mínimo do Nordeste ao do Centro-Sul. Vale acrescentar que seria razoável definir, desde já, quais as regras que irão determinar os preços mínimos garantidos pelo governo federal para a região.

Do lado da demanda interna de têxteis, o congelamento de preços não irá significar que o consumidor comprará suas roupas no mesmo nível de preços de 27 de fevereiro passado. Isto porque, os artigos da coleção outono/inverno nada terão a ver com os artigos de verão, presentes no mercado no momento do lançamento do **Plano de Estabilização Econômica**. Os preços dos produtos têxteis no varejo, fatalmente, irão se elevar, até porque as roupas de meia estação são tradicionalmente mais caras do que as do verão. Obviamente, o congelamento dos preços do algodão, da energia e dos salários, dentre outros, deverá beneficiar o consumidor, se a estabilidade dos custos industriais for repassada para o mercado varejista. Além disso, como boa parte das vendas da indústria de tecidos e confecções para a nova estação já estava contratada em fins de fevereiro, os descontos concedidos (deságio pela redução das taxas de inflação) ao varejo deverão ser também apropriados pelo consumidor. Vale lembrar que as metas do **Plano de Estabilização Econômica** não significarão, para o segmento têxtil, redução em suas margens de lucro, tendo em vista que é praticamente impossível controlar o longo caminho percorrido desde a fiação até a venda dos artigos nas lojas. Por outro lado, pelos motivos explicados, será muito difícil a manutenção dos preços praticados pelos varejistas no nível de 27 de fevereiro. Na prática, a vigilância da população, que vem sendo, nesta fase da economia, a chave para o controle de preços, não poderá ser feita sobre os produtos têxteis. Pode-se até esperar que as margens da indústria se elevem, em virtude da continuidade das vendas excelentes que vêm ocorrendo no comércio, há vários meses.

No mercado externo, a superoferta de algodão vem deprimindo os preços desde meados de 1984, embora a última estimativa da produção apresente queda de 81,1 milhões para 79,4 milhões de fardos. As cotações (**CIF**) nos mercados do norte da **Europa** são as mais baixas desde meados dos anos 70 e os estoques estimados para fins de julho deste ano os maiores desde 1966. Nas duas últimas safras (1984/85 e 1985/86), os estoques mundiais passaram de um patamar em torno de 30 milhões de fardos para algo próximo a 50 milhões. Os incrementos das produções dos **EUA**, **URSS**, e notadamente da **República Popular da China** são os principais responsáveis pelo atual quadro de oferta e demanda (ver Quadro 04).

A queda dos preços do algodão, além de reduzir as cotações de outros produtos concorrentes, como, por exemplo, o **poliéster**, reduz naturalmente o preço dos têxteis no mercado internacional. Os mercados da **Europa**, que deveriam estar pagando, em suas moedas, preços superiores aos praticados nos dois últimos anos, estão operando no mesmo patamar de um ano atrás, devido à queda do dólar norte-americano. A redução dos preços do algodão, por outro lado, deverá expandir a demanda de têxteis, elevando o consumo do algodão. Pode-se, ainda assim, esperar que as co-

tações do algodão se mantenham no baixo nível em que estão durante, pelo menos, o ano-safra 1986/87, que terá início em agosto próximo.

A situação atual do mercado internacional, provavelmente, irá resultar em que, novamente em 1986, as exportações brasileiras de têxteis permaneçam em patamar inferior ao de 1984. A queda ocorrida no ano passado provavelmente não será compensada, em 1985, ainda que a queda do dólar norte-americano frente às moedas européias e o aumento das quotas para o mercado dos EUA (+ 20%) tornem a situação bem mais favorável do que há um ano. O mercado interno deverá, no entanto, permanecer bem mais remunerador, comprometendo a performance do flanco externo.

Na verdade, a situação atual da indústria não a obriga a lutar num mercado internacional extremamente competitivo. A capacidade ociosa praticamente já não existe. A grande maioria das fábricas trabalha com quatro turnos e os lucros estão sendo dirigidos para investimentos, no sentido de ampliar a capacidade produtiva. Nesta situação, é de se considerar que as maiores empresas, tradicionais exportadoras, estejam compensando os preços baixos no mercado externo (ver Quadro 05) com a expansão das margens do mercado interno, onde os preços podem ser bem mais elevados. A manutenção do mercado externo é um fator positivo, na medida em que representa uma garantia para o escoamento de parte da produção. A forma como ela vem sendo conseguida no último ano, porém, prejudica o consumidor brasileiro, que vem pagando preços reais crescentes, enquanto o importador vem reduzindo cada vez mais o valor unitário de suas compras.

QUADRO 04 – ALGODÃO – BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA MUNDIAL – 1980 A 1985/86
(1.000 fardos de 480 libras)

DISCRIMINAÇÃO	1979/80	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84	1984/85[1]	1985/86[2]
Estoque inicial	21.735	21.172	21.319	25.324	25.146	24.663	42.243
Produção	65.736	65.029	71.162	68.038	67.614	87.236	79.400
Oferta total	87.471	86.201	92.481	93.362	92.760	111.899	121.643
Consumo	66.155	65.887	66.078	68.198	68.925	69.123	72.129
Estoque final	21.316	20.314	26.403	25.164	23.835	42.776	49.514

FONTE – Cotton – Foreign Agriculture Circular – USDA – janeiro de 1986.
[1] Dados preliminares;
[2] estimativa.
NOTA: A diferença entre o estoque final de um ano e o estoque inicial do ano seguinte deve-se ao algodão em trânsito na época do levantamento.

QUADRO 05 – BRASIL – PREÇOS MÉDIOS DE EXPORTAÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS TÊXTEIS – 1980-85
(US$/t)

PRODUTO	1980	1981	1982	1983	1984	1985
Fios de Algodão	3.157,28	2.546,60	2.470,03	2.380,46	2.673,47	2.400,78
Fios de Fibras Artificiais e Sintéticas	4.605,19	3.513,99	3.161,84	2.754,59	2.585,82	2.582,01
Tecidos de Algodão	4.373,02	3.830,50	3.649,89	3.308,20	3.470,93	3.418,93
Tecidos de Fibras Artificiais e Sintéticas	9.259,00	7.618,42	5.923,85	5.645,32	5.690,31	5.763,23
Roupas de Cama, Mesa e Banho	7.694,42	7.965,26	7.232,43	5.997,38	5.983,80	5.767,73
Roupas de Malha	15.850,05	16.803,99	14.930,30	13.311,76	12.791,93	12.253,35
Vestuário Exterior p/Homens e Meninos	9.780,70	9.805,58	11.312,45	8.819,43	10.636,67	10.441,13
Vestuário Exterior p/Mulheres e Meninas	9.780,90	9.805,58	11.312,45	9.431,48	10.089,42	11.020,58

FONTE – Cacex.
NOTA: No período 1980-82, os boletins da Cacex não apresentavam a divisão entre roupas para homens e mulheres; por esse motivo, o preço médio é igual, tanto para peças de vestuário masculino como para feminino.

ARROZ

As lavouras irrigadas do Rio Grande do Sul ressentiram-se bastante dos efeitos da estiagem e se estima que serão colhidas 2,8 milhões de t. O replantio teve êxito no Centro-Oeste e é boa a safra do Maranhão. Os problemas, agora, estão na comercialização, com vendas abaixo do preço mínimo de garantia e dificuldades com o tabelamento, no caso de alguns tipos de arroz.

A mais recente estimativa do **IBGE** para a safra 1985/86 é auspiciosa: 10 milhões de t (ver Quadro 06). Em relação à safra passada, ocorreram acréscimos de 17,2% na área cultivada e de 11,8% na produção, com destaque para as lavouras maranhenses, com uma área 46,2% maior e um incremento de 118,3% na produção. Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás também apresentam ótimos desempenhos, alegando-se o êxito do replantio efetuado após a estiagem que afetou diversas áreas.

No Rio Grande do Sul, porém, a produção será menor. O recurso à irrigação antecipada não foi suficiente e as perdas derivadas da estiagem reduziram a safra a 2,8 milhões de t. As lavouras colhidas em março foram as semeadas no período ideal, de outubro/novembro; as colhidas em fevereiro foram plantadas em setembro e apresentaram pior desenvolvimento. Esperava-se elevado poder de recuperação dos arrozais, pois hoje são amplamente majoritárias as variedades **BR/IRGA-409** e **410** (ocupam cerca de 70% da área), que têm a característica de pronta recuperação quando chove.

No campo, a orizicultura gaúcha enfrenta alguns problemas, como o avanço, nos últimos anos, do **arroz vermelho**. Na região de maior produção, Uruguaiana, não há tanta infestação quanto na zona da Depressão Central e no Sul. Devido ao recalque mais difícil (levantes altos, com grande altura de recalque), o que obriga o plantio em chapadões, ali sempre foram utilizados **pacotes** tecnológicos mais avançados. Há também a vantagem, na região, do maior uso de equipamento elétrico, que permitiu a inundação sem o mesmo ônus da irrigação a óleo **Diesel**.

Os problemas mais sérios este ano, porém, estão fora do campo, na comercialização. O **Plano de Estabilização** acarretou dificuldades nesta área. Há semanas travam-se discussões entre representantes dos agri-

QUADRO 06 – ARROZ EM CASCA – PRODUÇÃO DAS SAFRAS 1984/85 E 1985/86[1]

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ÁREA (ha)		PRODUÇÃO (t)		RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)	
	1984/85	1985/86	1984/85	1985/86	1984/85	1985/86
Rio Grande do Sul	720.969	704.625	3.207.046	2.843.888	4.448	4.036
Goiás	859.980	1.086.080	1.115.240	1.398.070	1.297	1.287
Maranhão	642.068	939.675	622.877	1.361.762	970	1.448
Minas Gerais	539.445	576.303	850.974	939.669	1.577	1.631
Mato Grosso	406.589	600.656	521.776	796.328	1.283	1.326
São Paulo	305.775	305.000	508.111	471.000	1.662	1.544
Santa Catarina	144.005	148.500	446.366	425.000	3.100	2.862
Mato Grosso do Sul	242.341	230.000	323.993	276.000	1.337	1.200
Paraná	200.000	160.000	296.000	180.000	1.480	1.125
Piauí	208.101	223.887	266.807	279.859	1.282	1.250
Rondônia	147.851	182.601	220.548	316.758	1.492	1.735
Pará	98.479	110.113	133.530	126.995	1.356	1.153
Rio de Janeiro	32.205	37.410	104.709	123.453	3.251	3.300
Espírito Santo	35.151	39.230	97.970	120.061	2.787	3.060
Ceará	37.147	59.142	89.420	149.915	2.407	2.689
Bahia	49.015	78.639	66.513	114.135	1.357	1.451
Sergipe	10.181	11.096	29.087	26.808	2.857	2.416
Acre	22.520	23.833	27.792	34.025	1.234	1.428
Pernambuco	5.807	7.000	20.041	24.500	3.451	3.500
Alagoas	6.429	7.195	18.096	20.975	2.815	2.915
Roraima	9.726	1.050	15.689	3.494	1.613	3.328
Paraíba	9.360	12.306	14.871	22.759	1.589	1.849
Rio Grande do Norte	7.574	8.991	8.592	13.496	1.134	1.501
Distrito Federal	6.682	12.558	8.482	15.748	1.269	1.254
Amazonas	3.206	2.745	3.218	3.778	1.004	1.376
Amapá	1.272	1.363	1.408	1.464	1.107	1.074
BRASIL	4.751.878	5.568.912	9.019.156	10.082.952	1.898	1.811

FONTE – IBGE.
[1] Estimativa de março.

cultores gaúchos e do governo federal, para se tentar solucionar o impasse criado pela tabela da **Sunab**. Segundo a **Companhia de Financiamento da Produção**, o preço estabelecido apresenta uma defasagem de 15% em relação ao preço mínimo. Isto no caso do arroz **agulhinha**, tipo 2 (o arroz de **sequeiro**, tipo 2, ainda consegue uma pequena margem, mas o tipo 3 também não tem cotação compatível com o preço de garantia). Para que a agroindústria pagasse os Cz$ 130,00/50 kg do arroz irrigado (o preço mínimo do **sequeiro** é de Cz$ 133,80) o preço do varejo, segundo a **Federação das Cooperativas de Arroz do Rio Grande do Sul** deveria ser de Cz$ 7,43 e há a reivindicação de um reajuste para Cz$ 7,60/kg.

O mercado do arroz estava estabilizado desde o início de fevereiro, pois havia produto da safra anterior, pequenas entradas da nova e do arroz importado, além da venda aos supermercados de arroz estocado pelo governo federal. Em fevereiro, os preços do **agulhinha** no varejo oscilaram entre Cz$ 4,93 e Cz$ 6,30, em São Paulo e entre Cz$ 5,12 e Cz$ 6,57, no Rio de Janeiro (ver Quadro 07). O tabelamento, no fim do mês, **congelou** uma situação irreal e o **Conselho Interministerial de Abastecimento**, nas reuniões com representantes dos arrozeiros, deparou-se com propostas de mudança da tabela ou adoção de um subsídio na compra oficial. Propôs-se, igualmente, a fixação de preços para o arroz **longo** dos tipos 4 e 5 e para o produto abaixo do padrão, o que permitiria retomar a comercialização do arroz de **sequeiro**. Outra proposta foi a de se autorizar o **Instituto Rio-grandense do Arroz** a adquirir arroz beneficiado por cerca de Cz$ 330,00/60 kg, para que as indústrias mantivessem sua margem **normal** de comercialização, pagando os Cz$ 130,00/50 kg ao produtor rural. Nas duas primeiras semanas de abril, a saca do arroz beneficiado atingiu uma cotação máxima de Cz$ 290,00.

QUADRO 07 – PREÇOS[1] NO ATACADO E NO VAREJO DE SÃO PAULO E NO VAREJO DO RIO DE JANEIRO – Cz$/kg e Cz$/30 kg – 1984-86

MÊS	RIO DE JANEIRO			SÃO PAULO					
	Varejo (Cz$/kg)			Atacado (Cz$/30 kg)			Varejo (Cz$/kg)		
	1984	1985	1986	1984	1985	1986	1984	1985	1986
Janeiro	5,87	6,98	5,92	179,16	202,59	209,12	5,63	6,04	5,69
Fevereiro	5,81	7,10	5,85	180,60	213,24	215,00	5,61	6,54	5,62
Março	5,82	6,72		165,89	187,98		5,63	6,24	
Abril	5,94	6,69		176,54	191,08		5,74	6,20	
Maio	5,66	7,06		167,76	200,79		5,43	7,90	
Junho	5,77	7,71		152,72	187,87		5,61	7,10	
Julho	5,89	7,18		161,38	193,65		5,67	6,77	
Agosto	6,29	6,61		156,14	185,86		5,93	6,45	
Setembro	5,95	6,47		165,99	179,92		5,66	6,34	
Outubro	6,28	6,50		185,20	172,53		5,65	6,41	
Novembro	6,74	5,98		183,10	174,01		6,06	5,82	
Dezembro	6,78	5,62		179,04	176,96		6,16	5,39	

FONTE – CFP e Conjuntura Econômica.
[1] Corrigidos pelo IGP-DI, para fevereiro de 1986.

Até o fim do mês, cerca de 70% da área estarão colhidos e terão cessado as vendas **emergenciais**, o que obrigará a maiores definições, por todos os agentes econômicos envolvidos, incluindo uma efetiva recomposição das margens.

No segundo maior estado produtor, Goiás, de acordo com dados da **Comissão Estadual de Planejamento Agrícola**, houve poucos pedidos de **Proagro**, nas regiões Sudoeste e Sul e pouco replantio. Nas áreas replantadas também ocorreram perdas, porém. Em meados de abril, entre 70% e 80% da área já estavam colhidos e o produtor enfrentava as dificuldades de sempre: o estado é extremamente carente de armazéns, silos e de secadores. A grande safra deste ano (ver Quadro 08) deverá se defrontar com problemas maiores. Sua secagem vem sendo feita no asfalto das estradas.

Embora possua extensos plantios mecanizados, a tecnificação dos arrozais goianos é precária. O Censo Agropecuário de 1980 revelou que 44% dos produtores só utilizam sementes comuns, 41% empregam sementes comuns e alguma tecnologia e apenas 14% utilizam sementes selecionadas e tecnologia. Outro indicador dos problemas estruturais da região é o fato de 63% da produção serem vendidos diretamente aos intermediários e apenas 5% entregues a cooperativas.

Em termos de precariedade, porém, a situação da orizicultura maranhense é mais grave. Existem apenas pequenas **manchas** de arroz irrigado na região de Arari e o **GCEA** está estimando a produção do arroz de **sequeiro** em 1,4 milhão de t. As zonas de produção mecanizada, no Sul e no Sudeste (Balsas e Imperatriz) estão colhendo e vêm obtendo um resultado muito bom, que pode confirmar os prognósticos otimistas para esta safra. A região central concentra sua colheita em maio, quando talvez já se tenha melhor definição da extensão das enchentes que, à semelhança deste mesmo período do ano passado, estão provocando muitos estragos. Em meados de abril, havia inundações nos vales do Itapicuru e Mearim, mas as perdas das lavouras limitavam-se às plantações ribeirinhas, de pouco peso na produção estadual. Caso se expandam, poderão mudar o bom quadro da atividade. Por enquanto, os cultivos de subsistência estão sendo perdidos e contam-se às dezenas de milhares os desabrigados.

No que se refere ao mercado, a **CFP** detectou operações em alguns pontos do estado do Maranhão a Cz$ 170,00/60 kg, preço inteiramente fora das condições de comercialização e atribuído à desinformação quanto ao atual balizamento do mercado pelo tabelamento no varejo. Pelo tipo 3, grão longo, a média tem girado em torno de Cz$ 133,80/60kg, mas há produtores vendendo, na unidade de medida local, pelo equivalente, a apenas Cz$ 100,00/60 kg.

Na safra de Minas Gerais, também foram identificados esparsos negócios a preços elevados, havendo extrema variação, entre Cz$ 110,00 e Cz$ 170,00, segundo a **Emater**. O preço mais elevado porém, de acordo com a **CFP**, deve-se a vendas de produto excepcionalmente bom, classificável como tipo 1, merecedor de uma receita adicional, pelo alto percentual de grãos inteiros.

A colheita está um pouco atrasada e há registro de perdas no vale do Rio Doce e na região limítrofe com Goiás, na latitude do Distrito Federal. O mês de março não registrou muitas chuvas e propiciou um bom início de colheita no Triângulo Mineiro. Nesta área, aliás, deve-se destacar o funcionamento, a **todo vapor**, das unidades de maceração lá instaladas, pois o preço do arroz macerado, tabelado no varejo, foi considerado favorável.

Também em Santa Catarina, usam-se processos industriais para a melhor colocação do produto no mercado. Em razão da classificação baixa, tradicionalmente obtida pelo arroz catarinense (tipos 3 e 4, com 30 a 35% de grãos inteiros), por se apresentar gessado e quebrado, faz-se a **solda** dos grãos, com o processo de transformação em arroz **amarelão**. Nesta safra, não houve maiores problemas nas lavouras, pois apenas a colheita efetuada em janeiro e fevereiro registrou perdas, que puderam ser parcialmente compensadas pelo replantio. As lavouras colhidas em março e abril estão bem, mas, devido à qualidade e à depressão do mercado, os preços não alcançam o preço mínimo, situando-se entre Cz$ 107 e Cz$ 117, segundo a **CFP**.

QUADRO 08 – ARROZ EM CASCA – PRODUÇÃO DE GOIÁS – 1975/76 – 1985/86

SAFRA	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO BRASIL (%)	RENDIMENTO FÍSICO (kg/ha)
1975/76	1.144.128	1.319.458	13,5	1.153
1976/77	777.360	620.472	6,9	798
1977/78	752.550	621.120	8,5	825
1978/79	931.110	1.155.080	15,2	1.241
1979/80	1.184.200	1.460.180	14,9	1.233
1980/81	1.117.840	920.710	11,1	824
1981/82	1.128.700	1.394.500	14,3	1.235
1982/83	985.185	1.080.720	13,9	1.097
1983/84	1.029.570	1.037.760	11,5	1.008
1984/85	859.980	1.115.240	12,4	1.297
1985/86[1]	1.086.080	1.398.070	13,9	1.287

FONTE – IBGE.
[1] Estimativa de março.

Na mesma faixa estava sendo remunerado o arroz de Mato Grosso do Sul (Cz$ 110,00 a Cz$ 115,00/60 kg) mas, em meados de abril, praticamente não havía comercialização. Os produtores não aceitam os baixos preços oferecidos pelos cerealistas e estabeleceu-se um impasse. Ainda há, conforme dados da **Comissão Estadual de Planejamento Agrícola**, 25,5% da safra em floração, 36,5% em maturação e 38% estão sendo colhidos. Isto equivale à área remanescente em que houve replantio (65% da área foram perdidos, com a estiagem). Na área replantada, os arrozais estão em desenvolvimento vegetativo e em floração. O que já foi colhido não apresentou boa qualidade, mas o restante a colher apresenta-se bem e deverá resultar num arroz melhor.

Em linhas gerais, a atual depressão das cotações afeta todas as regiões produtoras, mas o mercado vem sendo bem abastecido, apesar da incompatibilidade com a tabela da **Sunab**. A necessidade do pagamento imediato de dívidas tem levado parcela dos agricultores a aceitar os baixos preços pagos pela intermediação, o que tem assegurado um fluxo pequeno, mas ininterrupto, até o momento. Ocorre que, com o início das operações oficiais de empréstimos e aquisição, introduz-se no campo um preço mais elevado, capaz de abalar a atual precária comercialização.

Há que considerar, outrossim, que a atual taxa de juros do crédito agrícola, de 3%, com possibilidade de majoração, como desejo dos agentes financeiros, é um fator de inquietação para os agricultores, que precisam ter a certeza de poderem repassá-la aos compradores. Caso contrário, optarão pela venda ao governo federal.

Também influenciará as cotações o final das vendas do arroz importado pela **Interbrás** e pela iniciativa privada que aliás, não despertou grande interesse da parte dos supermercados.

No ano corrente, mesmo que se obtenha a grande safra prevista pelo **IBGE**, as importações para o equilíbrio do abastecimento interno não foram descartadas. O consumo do arroz parece ter reencetado uma trajetória ascendente e foi estimado, pela **CFP**, em 10 milhões de t. Isto fez com que se considerasse surpreendente a recente divulgação de que serão importadas 1,2 milhão de t, justamente em um momento de tão grande indefinição.

FEIJÃO

A **Companhia de Financiamento da Produção** *espera chegar em novembro, fim do ano-safra, com um estoque de 123 mil t, bem inferior ao recomendável (300 mil t). Para isto, porém, será necessário que a safra da seca confirme os prognósticos favoráveis que dela vêm sendo feitos e que o consumo se situe no mesmo patamar do ano passado.*

A safra das águas 1985/86 foi a primeira das safras de **verão** a ser afetada pela estiagem, no Centro-Sul. Em razão da precariedade do cultivo, esperavam-se danos elevados. Conforme o Censo de 1980, apenas 3,7% dos produtores brasileiros usam sementes selecionadas e alguma tecnologia e 1,9% só sementes selecionadas. Os que utilizam tão-somente sementes comuns e mais nada são 62,6% do total.

O Quadro 09 apresenta as estimativas do **IBGE** para a safra 1984/85 e a atual. Esta, dentre as do decênio, só supera as verificadas em 1976 e 1983, anos em que, além dos problemas climáticos, a área plantada foi bastante menor (ver Quadro 11).

A quebra da safra gerou alguma especulação e rápida alta nos preços, no atacado, que perdurou, em São Paulo, até o início do ano (ver Quadro 10). No entanto, o abastecimento não apresentou maiores problemas.

No ano passado, tinha-se uma estimativa inicial do consumo, feita pela **Companhia de Financiamento da Produção**, de 2,75 milhões de t. Como as safras das **águas** e da **seca** produziram conjuntamente apenas 2,55 milhões de t e o governo federal detinha estoques reduzidos, supunha-se que a menor oferta provocaria problemas. Ocorreu praticamente o contrário: os leilões, promovidos pela **CFP** para a regularização do mercado, encontraram-no bem abastecido. Isto se deveu a fatores conjunturais, como o barateamento relativo de outros gêneros alimentícios, principalmente o macarrão (ver **Agroanalysis**, vol. 9, nº 10), rapidamente escoado nos supermercados, e o encarecimento das carnes, que reduziram o

QUADRO 09 – FEIJÃO – SAFRA DAS ÁGUAS – 1984/85 E 1985/86[1]

UF	ÁREA (ha)		PRODUÇÃO (t)		RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)	
	1984/85	1985/86	1984/85	1985/86	1984/85	1985/86
Paraná	659.500	561.746	475.000	185.000	720	329
Bahia	356.076	379.060	199.758	207.346	561	547
Santa Catarina	225.485	265.000	229.251	79.500	897	300
Ceará	368.000	460.063	73.600	162.402	200	353
São Paulo	220.827	181.300	147.360	66.000	667	364
Rio Grande do Sul	156.166	139.442	114.754	30.202	735	217
Piauí	227.949	312.378	53.284	93.713	192	300
Rio Grande do Norte	180.683	199.781	42.516	72.219	250	361
Espírito Santo	48.348	47.725	17.014	23.368	352	490
Maranhão	39.167	48.067	7.727	20.449	197	425
Mato Grosso do Sul	14.484	7.799	6.819	3.302	471	423
Rio de Janeiro	6.804	7.429	3.650	4.457	536	600
Mato Grosso	14.593	13.360	5.978	5.070	410	379
Goiás	4.900	5.940	1.960	2.360	400	397
Distrito Federal	1.385	1.300	796	780	575	600
BRASIL	2.849.533	2.879.989	1.459.389	1.067.457	512	371

FONTE – IBGE.
[1] Estimativa de março.

consumo do feijão, o qual foi reavaliado para 2,39 milhões de t.

O abastecimento do ano em curso permanece na dependência do bom comportamento das lavouras da seca, que é sempre uma incógnita. Mesmo nas zonas de produção mais tradicionais, excetuando-se as escassas áreas de plantios irrigados, não há como garantir as plantações contra eventuais rigores climáticos.

No principal estado produtor da primeira safra, o Paraná, de acordo com o Departamento de Economia Rural, a área colhida foi de 560 mil ha, tendo sido perdidos 135 mil ha. Aparentemente, teria sido superada a estimativa inicial para a extensão do plantio, mas os 695 mil ha aqui totalizados incorporam os replantios. A avaliação da produção é de 185 mil t, mas recentes informações do interior sugerem que o número final poderá ser um pouco maior.

Antes da estiagem, havia grande expectativa quanto ao desempenho da variedade Rio Negro, lançada pelo Instituto Agronômico do Paraná, em 1983 e que teve, pela primeira vez, grande disponibilidade de sementes. Apesar de mais resistente a doenças, o novo cultivar não parece ter tido um comportamento tão bom em relação à escassez hídrica.

Em termos de distribuição das variedades, a composição da produção paranaense foi alterada, passando o feijão preto (em que predomina o rio Tibagi) a constituir 63% da safra. Para efeito de acompanhamento, a Secretaria da Agricultura separou o feijão rajado (em que é majoritário o carioca) do grupo dos feijões de cores. Pela nova sistematização, vê-se que o rajado representa 31% da produção e os de cores, apenas 6%. O aumento da participação do feijão preto decorreu dos menores danos causados pelo clima em suas zonas de produção. Com efeito, até novembro, supunha-se que estas áreas estariam fora da região atingida, o que afinal não aconteceu, mas as quebras ali não foram tão fortes e os melhores

QUADRO 10 – FEIJÃO – PRODUÇÃO DAS SAFRAS DAS ÁGUAS E DA SECA 1976 A 1986

ANO	ÁREA (ha)		PRODUÇÃO (t)		RENDIMENTO FÍSICO (kg/ha)	
	Águas	Seca	Águas	Seca	Águas	Seca
1976	1.676.185	2.361.449	962.452	879.810	574	373
1977	1.844.270	2.717.717	1.138.325	1.188.875	617	444
1978	1.979.211	2.613.559	1.162.166	1.025.712	587	392
1979	1.870.330	2.341.274	1.116.340	1.070.620	599	457
1980	2.286.213	2.351.501	1.169.625	799.269	512	340
1981	2.525.286	2.504.517	1.367.016	971.702	541	388
1982	3.416.934	2.512.806	1.670.086	1.237.127	489	492
1983	2.334.236	1.734.636	900.458	686.535	386	396
1984	2.826.836	2.479.552	1.400.603	1.220.406	495	492
1985	2.849.533	2.466.185	1.459.389	1.088.536	512	441
1986[1]	2.879.989	–	1.067.457	–	371	–

FONTE – IBGE.
[1] Estimativa de março, referente à área plantada e produção e rendimento médio esperados. No caso da safra da seca, apenas doze estados haviam sido levantados.

QUADRO 11 – FEIJÃO – PREÇOS[1] NO ATACADO NO RIO DE JANEIRO E EM SÃO PAULO – 1984 A 1986 (Cz$/60 kg)

MÊS	RIO DE JANEIRO (feijão preto)			SÃO PAULO (feijão carioca)		
	1984	1985	1986	1984	1985	1986
Janeiro	201,77	384,39	467,11	521,92	343,69	508,79
Fevereiro	179,05	354,33	411,25	659,24	406,91	407,50
Março	172,93	344,80		1.122,17	380,09	
Abril	216,58	355,64		1.391,30	378,34	
Maio	476,55	456,33		844,76	412,80	
Junho	432,02	442,66		753,16	442,66	
Julho	379,28	432,73		643,83	470,99	
Agosto	366,86	390,34		566,40	408,95	
Setembro	430,48	358,40		636,02	366,32	
Outubro	434,88	343,65		466,85	472,30	
Novembro	392,53	346,86		418,87	488,68	
Dezembro	418,67	367,35		377,82	496,12	

FONTE – CFP e Conjuntura Econômica.
1. Corrigidos pelo IGP-DI, para fevereiro de 1986.

rendimentos físicos foram os obtidos no Oeste e Sudoeste, secundados pelo Sul, áreas tradicionalmente produtoras de feijão **preto.**

No que se refere à safra da **seca** paranaense, bem menor, sua área está estimada no mesmo patamar da verificada no ano passado (cerca de 75 mil ha). Esperava-se que se plantasse mais, mas as chuvas se regularizaram apenas em janeiro e o plantio da **segunda** safra se inicia em dezembro. Um dado fundamental, que faltou aos produtores por ocasião do plantio, foi o conhecimento do preço mínimo. Os agricultores e suas cooperativas esperavam que se aproximasse dos Cz$ 500,00/60 kg; porém, não foi definido e, finalmente acabou não sendo fixado (vigora o mesmo preço da safra das águas: Cz$ 292,20). Àquela ocasião, os preços estavam elevados e as cooperativas, em janeiro, pagavam mais de Cz$ 300,00/60 kg. Nesta **segunda** safra, deverá melhorar a remuneração dos agricultores, pois plantam-se principalmente os feijões de **cores,** cujos preços são mais elevados. Mesmo assim, pode não ser boa a situação do produtor rural, uma vez que a estimativa do custo de produção da safra das **águas,** feita pelo **Deral,** também o situou perto dos Cz$ 500,00/60 kg.



Nos demais estados sulinos, as perdas também foram substanciais. No Rio Grande do Sul, o rendimento físico obtido (217 kg/ha) é bem inferior ao normal do estado, que, em anos recentes, superava os 800 kg/ha (1974 e 1975). Foram colhidas apenas 30,2 mil t.

Diante do fracasso da primeira safra, no Centro-Sul, as atenções voltaram-se para o desempenho das plantações nordestinas e para o plantio da safra da seca.

A esperança depositada no bom desempenho das lavouras do Nordeste, porém, poderá não ser plenamente correspondida. Um forte veranico, entre meados de janeiro e de fevereiro, afetou grandemente as plantações da Bahia. A **primeira** safra, cuja colheita se encerra até a terceira semana de abril, teve uma área de 207 mil ha e um rendimento físico de 547 kg/ha. As lavouras plantadas tardiamente revelaram perdas elevadas, mas as **do cedo** desenvolveram-se muito bem. Segundo a **Cepa,** plantios efetuados em outubro conseguiram render até 1.200 kg/ha e, de acordo com a **CFP,** esta **primeira** produção foi inteiramente classificada nos tipos 1 e 2.

Na região de Irecê, onde também se plantou de outubro a fevereiro, a **Emater** estima as perdas em 50%, com uma produção de 53,3 mil t e uma produtividade (436 kg/ha) equivalente a 1/3 do inicialmente previsto. Ali se processa apenas uma safra mas, no nordeste do estado, já se iniciou o plantio da **segunda** safra. Aliás, esta vem enfrentando sérias dificuldades, pois os bancos fecharam suas carteiras agrícolas, desde a divulgação do **Plano de Estabilização** e o período ideal de semeadura (concentrada em maio) já está transcorrendo. A falta de crédito é, aliás, um impedimento constante à expansão da atividade, desenvolvida em Irecê em moldes diferentes do tradicionalismo das lavouras nordestinas.

Os preços, em todo o estado, estiveram muito altos em janeiro e fevereiro, tendo superado os Cz$ 400,00/60 kg. Isto motivou poucos pedidos de **Proagro,** na ocasião. Em março, haviam caído a Cz$ 260,00/60 kg. A elevação das cotações, naquela época, fundamentou-se na especulação em torno de uma possível majoração do preço mínimo, que passaria a Cz$ 380,00/60 kg, em abril, o que não aconteceu. Atualmente, o mercado está fraco, situando-se ao redor dos Cz$ 310,00/60 kg em Irecê. Parece ainda haver muito feijão em poder dos produtores, que, em grande parte, será preservado como semente. A **CFP** não fez aquisições.

No Ceará, que foi o segundo produtor da safra das águas 1984/85, fortes chuvas, iniciadas em março, poderão alterar a boa situação das lavouras. Planta-se, sobretudo, de janeiro a março, mas neste último mês quase não se plantou. Já se sabe, segundo a **Cepa,** que as áreas baixas estão bastante comprometidas. Torna-se necessário acelerar a colheita, iniciada em abril, para evitar a germinação dos grãos, em contato com o solo. O fato de a maior parte dos cultivos ser de feijão **macaçar,** cujo ciclo é de apenas quarenta dias, poderá auxiliar o apressamento da colheita.

Quanto à safra da **seca,** plantada em todo o país, o **IBGE** estimou, em março, as safras de doze estados (Rondônia, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso), considerando que estavam plantados 2,2 milhões de ha e que a produção seria de 1,2 milhão de t. É fundamental, para o pleno abastecimento neste ano, o êxito desta **segunda** safra. No estado que tem a maior área plantada, Minas Gerais, já se sabe de quebras fortes em Teófilo Ottoni, região limítrofe de Irecê. No Sul, em que se concentra a produção de feijão **preto,** as chuvas também estão prejudicando

as lavouras.

No que se refere a São Paulo, levantamento do **Instituto de Economia Agrícola** dá conta de uma safra excelente, com expectativa de um rendimento físico médio entre 600 e 720 kg/ha, abaixo porém, do verificado em 1985 (870 kg/ha). Para os produtores paulistas, o mercado está remunerando bem, com o feijão **carioquinha**, da **seca**, recebendo até Cz$ 410,00/60 kg e o das **águas** em torno de Cz$ 370,00/60 kg. A colocação de feijão originário de outras praças, porém, vem sendo tolhida pelo tabelamento, o que sugere que vendas eventuais de produtores paranaenses, ou catarinenses, terão de aguardar a entressafra de São Paulo.

A colheita da safra da **seca** prosseguirá por vários meses (na região Norte, ela se dá no segundo semestre), em quase todo o país, estabelecendo um fluxo permanente de ingresso do produto no mercado. Nos principais estados produtores, contudo, será concluída até julho, quando se terá uma visão quase completa da real situação do abastecimento.

As primeiras partidas a ingressarem no mercado têm encontrado uma situação de estabilidade, resultante da retração da demanda e da influência do **Plano de Estabilização.** O tabelamento no varejo beneficia o comércio varejista, que comprará a preços crescentemente declinantes, caso a oferta da safra da **seca** aumente, o que ocorrerá se o clima se regularizar. Nesta hipótese, as aventadas importações de feijão não ocorrerão. Cabe destacar que, praticamente, inexiste um mercado mundial do produto. A safra mundial também está há anos estagnada e, segundo a **FAO**, apenas a **República Popular da China** tem apresentado ganhos de produtividade (ver Quadro 12).

O balanço de oferta e demanda, da **CFP**, considera que as safras deste ano produzirão 2,193 milhões de t (352 mil t de feijão **preto**) e que, malgrado as perdas, o governo federal conseguirá montar um estoque de 329 mil t (180 mil t de feijões de **cores**). O estoque final do ano, em 1º/11/86, será de 123 mil t (52 mil t de feijão **preto**). Mesmo ocorrendo este superávit, haverá uma situação apertada, pois o estoque recomendável é de 300 mil t, suficientes para um mês e meio de consumo.

Até lá, muitas coisas poderão mudar. Talvez o consumo volte a se ampliar, baseado no tabelamento no varejo e na estabilização dos salários. Um movimento neste sentido, porém, poderá ser compensado pelo barateamento relativo dos derivados do trigo, que se mantém, e pela inversão na relação de preços com o arroz, hoje mais barato.

QUADRO 12 – FEIJÃO – PRINCIPAIS PRODUTORES MUNDIAIS – 1974 A 1984

PAÍS	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
					PRODUÇÃO (t)						
Índia	2.175	2.767	2.581	2.747	2.646	1.986	2.752	2.944	2.862	3.536	3.500[1]
China[1]	2.027	2.125	6.230	3.459	3.555	1.740	1.752	1.751	1.746	1.745	1.848
Brasil	2.238	2.271	1.842	2.290	2.194	2.186	1.968	2.341	2.903	1.587	2.621
México	896	1.027	740	770	949	601	971	1.469	1.093	1.282	1.270
EUA	923	790	807	753	859	929	1.197	1.460	1.160	704	941
Mundo	12.098	11.512	16.045	14.055	14.145	11.557	12.648	14.459	15.073	13.954	15.469
					ÁREA (1.000 ha)						
Índia	8.361	8.750	8.200	8.330	8.230	8.153	9.299	9.039	8.672	9.198	9.200[1]
China[1]	2.500	2.520	7.123	3.985	4.059	1.765	1.762	1.763	1.560	1.558	1.562
Brasil	4.293	4.047	4.038	4.551	4.617	4.212	4.643	5.027	5.926	4.089	5.306
México	1.329	1.753	1.316	1.631	1.580	1.054	1.763	2.150	1.712	1.996	2.158
EUA	624	593	607	518	589	560	737	899	719	461	589
Mundo	23.549	24.161	27.900	25.616	25.306	21.725	24.210	25.030	25.598	24.435	26.042
					RENDIMENTO FÍSICO (kg/ha)						
Índia	260	316	315	330	299	244	296	326	330	384	380
China[1]	811	843	875	868	876	986	995	993	1.119	1.120	1.183
Brasil	521	548	456	503	475	519	424	466	490	390	494
México	674	586	562	472	600	570	551	683	638	642	589
EUA	1.479	1.333	1.330	1.455	1.469	1.659	1.625	1.623	1.612	1.528	1.597
Mundo	514	527	575	549	559	532	522	578	589	571	594

FONTE – FAO Production Yearbook.
[1] Estimativas elaboradas pela FAO.

MILHO

O IBGE estimou, em março, a safra 1985/86 em cerca de 18,7 milhões de t, 3,5 milhões de t a menos do que no ano passado. O rendimento físico médio foi calculado em apenas 1.550 kg/ha. A estiagem foi mais séria no Rio Grande do Sul e Paraná.

A avaliação do **IBGE**, posterior à divulgação dos **Valores Básicos de Custeio** e do preço-base da safra **1985/86**, revelou que a área semeada no Centro-Sul seria 5% maior do que a área colhida do período anterior. No entanto, existiam reservas quanto à repetição das boas condições climáticas verificadas em 1984/85 e se estimou que o rendimento físico da cultura ficaria mais próximo da média de 2.050 kg/ha, registrada entre 1981 e 1985, do que dos 2.241 kg/ha observados em 1985.

A estiagem prolongada castigou grande parte das áreas produtoras do Centro-Sul, afetando bastante as plantações. Isto levou o governo federal a tomar medidas de apoio ao produtor rural, tais como: 1) extensão do reajuste do preço-base até julho; 2) ampliação do prazo do plantio até 31 de janeiro; 3) ampliação da cobertura do **Proagro** e maior rapidez na sua liberação; 4) prorrogação do prazo do financiamento dos **EGF's** para a aquisição de sementes por trinta dias; e 5) postergação por um ano do pagamento de 50% do financiamento de custeio da safra. No caso do milho, estas medidas beneficiaram apenas parte dos produtores, pois a maioria é formada por **pequenos agricultores**, que mantêm suas lavouras quase totalmente com recursos próprios ou obtidos fora do sistema bancário.

Nas áreas afetadas pela seca, os produtores que foram ajudados também pelo crédito final de manutenção, de seis salários mínimos por família, repetiram a semeadura do milho ou optaram pelo plantio da soja, tendo em vista o esgotamento do prazo recomendado para o plantio do primeiro. Nessa fase, recrudesceram o ataque de pragas e o encarecimento dos insumos, tornando mais nebulosas as perspectivas da colheita.

As estimativas da área plantada passaram a decrescer e, como se sabia que a colheita iria atrasar, as cotações se **aqueceram**, em outubro do ano passado, levando o governo federal a acelerar a venda de seus estoques e a anunciar a compra de milho nos **EUA**.

A escassez provinha da demanda quase exclusiva dos pequenos criadores de animais que, devido à sua reduzida capacidade de armazenagem, normalmente estocam muito pouco a cada safra. Por seu turno, à medida que o governo prosseguia suas vendas, os arremates maciços por parte de compradores que não representavam os interesses dos pequenos criadores vieram tumultuar os pregões, aumentando os estoques em poder das maiores empresas privadas. Com a atuação firme dos grandes compradores nos leilões oficiais, estava composto, portanto, o quadro de aumento artificial dos preços do milho. A **CFP**, atenta a este movimento, determinou, em novembro, que somente produtores, cooperativas e indústrias de rações poderiam participar dos leilões, além de estipular o depósito inicial de 50% do valor da compra. Esta medida afastou os especuladores, que necessitariam de altas quantias para proceder ao arremate de grandes partidas individuais.

Simultaneamente, o governo anunciou, na imprensa, vendas a termo do produto a ser importado, e que essas operações, sem limite pré-fixado e isentas de **ICM**, seriam implementadas até a normalização do abastecimento interno. Posteriormente, liberaram-se as importações para a iniciativa privada, de forma a tranqüilizar definitivamente os consumidores, uma vez que o governo contava com dois trunfos para atender esse objetivo: o superávit da balança comercial e a grande oferta de milho (a baixos preços) no mercado mundial.

De fato, a situação internacional é bastante favorável, pois, segundo relatório do **USDA**, de meados de dezembro, a produção mundial em **1985/86**, estimada em 528,3 milhões de t, deverá ser recorde, prevendo-se um estoque final, também recorde, de 95,3 milhões de t. Em conseqüência, as cotações do produto na **Bolsa de Chicago** vêm declinando, sendo a média de 1985 (US$ 2,54/bushel) 21% inferior à registrada em 1984.

O **Conselho Monetário Nacional** autorizou, inicialmente, a importação de um milhão de t, tendo sido emitidas, até meados de fevereiro, guias correspondentes à aquisição de 980 mil t, no valor total de US$ 111 milhões (ou seja, ao preço médio de US$ 113/t).

A decisão governamental de realizar as vendas do produto importado para entrega futura parece ter sido

correta, por algumas razões: 1) conseguiu, de imediato, **esfriar** (ainda que parcialmente) o mercado, pois contornou o problema da demora natural para chegar ao interior qualquer artigo importado; 2) propiciou condições de retirada imediata do produto desembarcado, evitando perdas qualitativas e **racionalizando** o consumo; e 3) provou que a disponibilidade interna não era tão baixa como se apregoava, pois, caso contrário, o mecanismo de oferta a termo não teria sido capaz de levar ao arrefecimento imediato (embora temporário) das cotações, como ocorreu nos pregões da **Bolsa de Cereais de São Paulo.**

Em março, o **IBGE** estimou a safra 1985/86 em cerca de 18,7 milhões de t, isto é, 3,5 milhões de t a menos do que no ano passado. O rendimento médio foi calculado em apenas 1.550 kg/ha. A estiagem afetou mais severamente o Rio Grande do Sul e o Paraná e, em menor escala, São Paulo e Santa Catarina.

No Rio Grande do Sul, o desenvolvimento irregular da cultura provocou uma grande quebra da safra, aguçando a situação de iliqüidez do produtor. Não bastasse o fato de muitos agricultores, enquadrados como miniprodutores de milho, não terem acesso ao crédito bancário, a frustração da lavoura semeada em agosto/setembro foi inesperada e prejudicou os poucos tomadores de empréstimos, que, como fazem habitualmente, não optaram pelo seguro. Além de a seca ter afetado a planta em etapas cruciais, como o desenvolvimento e a fase de granação, a umidade do grão a ser colhido deverá ficar abaixo dos 30% usuais.

Segundo as estatísticas de março, do **IBGE**, a atual safra gaúcha é bem inferior à de 1984/85, esperando-se colher cerca de 1,97 milhão de t (quase a metade do que se previa, inicialmente). O rendimento médio está estimado, portanto, em somente 1.267 kg/ha. Destaque-se que ocorreu uma boa recuperação dos milharais, pois, em relação à primeira estimativa, a área aumentou 21%, e apenas o rendimento médio é menor, ficando abaixo 3,4%.

O governo federal vem implementando, desde outubro do ano passado, um programa de distribuição de milho aos pequenos criadores gaúchos de aves, suínos e bovinos de leite, tendo em vista que cerca de 70% do milho produzido no Rio Grande do Sul são consumidos na propriedade. Através deste programa, são direcionadas cerca de 6.000 t/mês, de forma a suprir parte de suas necessidades de arraçoamenro e evitar maiores prejuízos aos rebanhos estaduais.

No Paraná, até o fim de janeiro, a perda global da lavoura estava estimada em 3,6 milhões de t, representando 60% em relação às 6,1 milhões de t inicialmente esperadas, segundo o **Departamento de Economia Rural da Secretaria da Agricultura – Deral.** Este mesmo órgão, porém, observa que a produção prevista no começo do plantio estava superestimada, pois superaria até mesmo a boa produção do ano anterior (5,4 milhões de t). A estiagem atingiu duramente o estado, particularmente o Norte. Além do déficit hídrico, agravou-se o ataque de lagartas, que, por ser de difícil combate, causa elevados prejuízos às plantações. Na estimativa de março, do **IBGE**, as plantações, incorporando as zonas replantadas, apresentam um desempenho bem melhor. Assim, a produção, de 3,7 milhões de t, supera amplamente as 2,6 milhões de t da primeira avaliação do órgão (+ 42,3%). A área é 30,6% maior e o rendimento (1.667 kg/ha) 9,03% maior.

As primeiras estimativas referentes à **safrinha**, o plantio tardio paranaense, já indicavam expressivo aumento na área plantada, em decorrência dos sucessivos replantios, necessários nas áreas da safra **normal** atingidas pela seca. Isto fez com que o **Deral** estimasse que esta semeadura alcançaria cerca de 500 mil ha (127% a mais do que no ano passado), podendo gerar oferta adicional de 700 mil a 800 mil t. Houve dúvidas quanto à concretização desses números, pois o atraso no plantio e na colheita certamente chocar-se-á com a prefe-



rência dos produtores pelo plantio do trigo, em 1986, em razão dos bons resultados obtidos em 1985. Ademais, o próprio plantio da **safrinha** foi dificultado pela oferta irregular de sementes. Segundo a **Abrasem**, a produção de 139 mil t, em 1984/85, foi 3% inferior à registrada no ano-safra precedente. Além disso, o seu uso na safra **normal** foi maior do que o previsto, devido aos replantios.

Em São Paulo, a regularização dos índices pluviométricos veio antes do observado nos estados sulinos. Em trechos do Sul paulista, houve replantio de até 50% da área cultivada, metade classificada como cultivo tardio. Antes da seca, as avaliações do **IEA** previam uma produção perto de 3,1 milhão de t e, no auge da estiagem, este número foi diminuído para 2 milhões de t, pelo **IBGE**. No entanto, com a normalização das chuvas nas regiões de maior importância, passou a haver expectativa de que o resultado final possa ser superior ao até então esperado, muito embora ainda perdurem dúvidas quanto à qualidade da produção tardia.

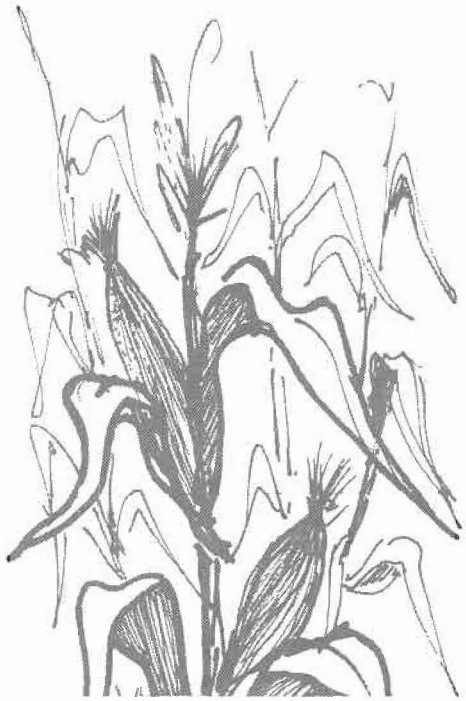
A situação dos milharais catarinenses é a melhor entre os estados sulinos, pois lá se deu a regularização das chuvas desde meados de janeiro. O milho ressemeado pôde, portanto, contar com umidade adequada para seu desenvolvimento. Como a safra ainda não foi reavaliada, continuam a vigorar os dados referentes à época da seca, a saber: produção de 1,7 milhão de t e plantio de 951 mil ha, segundo a **Cepa** local. Em áreas do Oeste do estado, onde se concentra o cultivo de milho, há previsões de que o rendimento alcance 3.000 kg/ha, desde que não ocorram geadas antecipadas em abril, que prejudicariam as lavouras plantadas na época em que se normalizaram as chuvas. De qualquer forma, será necessário que o estado conte com o produto de outros estados ou, mesmo, dos **EUA**, para o abastecimento local, já que o consumo, da ordem de 2,5 milhões de t/ano, excede a produção.

Pouco afetados pela estiagem, Minas Gerais e Goiás apresentam um quadro mais favorável, podendo vir a atender parte de duas necessidade de consumo.

No caso de Minas Gerais, o **IBGE** estimou, em março, uma produção de 3,3 milhões de t (9% a mais do que a de 1984/85), provenientes de 1,6 milhão de ha plantados. Já para Goiás, previu uma colheita de cerca de 1,8 milhão de t, o que significaria incremento da ordem de 6,6% sobre a produção do ano passado. A colheita goiana só não será maior devido à diminuição esperada no rendimento (estimado primeiramente em 1.972 kg/ha, contra 2.303 kg/ha, no ano passado, está previsto em 1.950 kg/ha) pois a área cultivada apresentou expansão de 27% no atual ano-safra. A parte mais importante do estado em termos desta lavoura, o Sudoeste, não teve necessidade de replantio, esperando perdas no rendimento entre 5% e 10%, resultantes da estiagem de outubro e do ataque de pragas. A lavoura goiana foi, em sua maior parte, cultivada dentro das recomendações técnicas, corroborando a opção pela cultura da maioria dos agricultores, no atual ano-safra. As maiores perdas ocorrerão nas áreas de plantio precoce, onde a colheita deverá iniciar-se em maio.

Este é, portanto, o quadro atual dos estados que, na safra 1984/85, responsabilizaram-se por 87% da produção brasileira (19,2 milhões de t). Em conjunto, a produção desses estados, este ano, deverá ser bem menor do que o atingido em 1984/85. Sem dúvida, trata-se de uma perda muito grande para a agricultura do país, pois, além das quebras imediatas da safra, espera-se uma depreciação da qualidade do produto final, com possíveis repercussões na oferta de sementes de milho para o ano-safra 1986/87.

Na fase que antecedeu a entrada da safra, ocorreu gradual liberação dos estoques existentes no mercado,



o que não impediu o governo federal de definir as quantidades a serem importadas ao longo do ano, apoiado nos cálculos do balanço de oferta e demanda.

Até o momento, foram efetuadas importações da ordem de 1,3 milhão de t, que, adicionadas ao estoque inicial, estimado pela **CFP** em 1º/01/86, em 2,4 milhões de t e à produção da safra, prevista em 18,7 milhões de t, representam uma oferta total de 22,4 milhões de t. Como o consumo de 1986 foi calculado, também pela **CFP**, em 21,9 milhões de t, haveria superávit de 500 mil t, considerado como estoque inicial para o ano-safra 1986/87. Tal quantidade é, entretanto, insuficiente para sustentar o consumo comercial previsto para o primeiro trimestre de 1987 (2,7 milhões de t) que antecede a colheita da próxima safra. Por esse motivo, o governo federal recentemente divulgou que voltará a importar milho no curto prazo.

Não se deve esquecer, porém, que o cálculo do consumo irá depender, basicamente, da evolução da avicultura brasileira, que, devido ao ciclo curto das aves, é muito flexível, com respostas ágeis aos movimentos do mercado de carnes.

SOJA

Além dos problemas deixados pela estiagem que afetou os principais estados produtores, os agricultores enfrentarão uma comercialização difícil. O **Plano de Estabilização Econômica** *trouxe muitas incertezas, no plano interno; no externo, há uma oferta folgada, que conteve o impacto das notícias da redução da safra brasileira sobre as cotações internacionais.*

Até há pouco, a safra encontrava-se bastante indefinida, pois o atraso do plantio, provocado pela estiagem, dificultou o conhecimento da área efetivamente plantada.

Em termos globais, todos os prognósticos se alteraram, a partir de outubro. A estiagem gerou especulação, anunciaram-se importações de alimentos e, finalmente, adotou-se o **Plano de Estabilização Econômica**, fatores que mudaram a dimensão das safras agrícolas, as perspectivas de sua comercialização e a situação do abastecimento interno de gêneros alimentícios, em geral. No caso da soja, a situação é bem menos tranqüila hoje do que em 1985. A área a ser colhida este ano, estimada pelo IBGE, soma 9,1 milhões de ha, em contraposição à do levantamento inicial, em outubro passado, de 9,7 milhões de ha, de resto inferior aos 10,2 milhões de ha colhidos em 1985 (ver Quadro 13). Em termos de produtividade física média, a queda esperada é de 21% em relação aos 1.800 kg/ha obtidos na última colheita. Quanto à produção, as estimativas oficiais apontaram, em março, uma queda de 28%, situando-a ao redor das 13,1 milhões de t.

Esses dados, entretanto, deverão apresentar modificações razoáveis, pois a intensificação da colheita possibilitará um melhor conhecimento de suas reais dimensões, até porque, por se tratar de uma safra prejudicada por adversidades climáticas, haverá discrepâncias razoáveis entre as áreas plantadas e as efetivamente colhidas.

QUADRO 13 – BRASIL – ÁREA COLHIDA COM SOJA – SAFRAS 1983/84, 1984/85 E 1985[1]
(1.000 ha)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	1983/84	1984/85	1985/86
Maranhão	4	8	9
Bahia	28	63	99
Minas Gerais	332	447	422
São Paulo	483	499	469
Paraná	2.178	2.196	1.700
Santa Catarina	420	420	400
Rio Grande do Sul	3.642	3.637	3.209
Mato Grosso do Sul	1.179	1.308	1.200
Mato Grosso	538	795	909
Goiás	582	734	626
Distrito Federal	30	45	49
Brasil	9.417	10.153	9.094

FONTE – IBGE.
1 Estimativa de março.

Os Quadros 13, 14 e 15 mostram a área, a produção e o rendimento físico por ha obtidos em 1984, 1985 e 1986, segundo as unidades da Federação.

Parece relevante ressaltar que, pela primeira vez em muitos anos, as intenções de plantio indicaram retrações nas áreas semeadas com soja em todos os estados produtores, exceto no Mato Grosso e na Bahia. É bem verdade que são retrações pequenas, sobretudo quando se considera que as autoridades federais pretenderam conferir estímulos ao cultivo dos gêneros usualmente chamados de abastecimento interno, o que, em tese, poderia representar uma diminuição maior do espaço ocupado com a soja. É possível que elas representem muito mais a acomodação do cultivo da leguminosa, depois da safra 1984/85, em que a área se expandiu fortemente. Por outro lado, manteve-se a tendência de crescimento nas regiões de fronteira agrícola, representadas, nesse caso, por Mato Grosso e por partes do cerrado na Bahia.

Existe, ainda, um outro fator de peso: os preços externos estiveram, em 1985, bem abaixo dos de um ano antes, refletindo-se nos preços recebidos pelos produtores, no Brasil. É interessante ressaltar que, à época do plantio da safra de 1985, já era clara a tendência da queda das cotações externas mas, aparentemente, a referência mais forte para o produtor – mesmo o de soja – são as receitas auferidas na última colheita e estas fo-

ram elevadas, em 1984. Dessa forma, os preços recebidos, em 1985, mais do que as indicações de preços baixos no exterior, a médio prazo, contribuíram para a retração do plantio, na safra 1985/86.

Este, entretanto, era o primeiro esboço do que deveria ocorrer com a safra. Os meses de outubro, novembro e dezembro transcorreram com precipitações pluviométricas bem menores do que o normal, em toda a região Centro-Sul. Algumas áreas foram mais atingidas pela estiagem e desencadeou-se intenso movimento especulativo com os preços dos diversos produtos.

Todo o plantio se atrasou e, no final do ano, falava-se em aumentos na área de soja, pela impossibilidade de se plantar o milho ou o algodão. Os prazos para a semeadura foram sendo estendidos, à medida que o tempo passava, e havia escassez de chuvas. O último prazo admitido findava em 31 de janeiro. Diante disso, era inevitável a redução das estimativas de produtividade média e produção nos diversos estados. Os rendimentos físicos médios projetados em outubro – antes, portanto da seca – já eram ligeiramente inferiores aos obtidos em 1985, em estados como Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, sendo que os alcançados na última safra situaram-se entre os melhores de uma série de dez anos (ver Quadro 16).

A seca afetou as diversas regiões produtoras de maneira bastante diferenciada. No Paraná e no Rio Grande do Sul, deverão registrar-se os maiores prejuízos. As condições das plantas não são das melhores. Muitas lavouras deixaram de germinar, outras estão bastante falhadas e, em algumas regiões, registraram-se ataques por lagartas e pela broca de colo, em função da seca. Em municípios como Passo Fundo, Ijuí, Santa Rosa e São Luís Gonzaga, no Rio Grande do Sul, não se conseguiu concluir o plantio. No entanto, as áreas semeadas mais tarde deverão apresentar rendimentos físicos melhores, já que as chuvas se regularizaram no início de fevereiro, propiciando alguma recuperação.

É difícil, nesse caso, estimarem-se com maior precisão os rendimentos físicos médios nas diversas regiões produtoras, devido ao estado muito desigual das lavouras.

No Paraná, São Paulo e parte do Mato Grosso do Sul, a umidade do solo esteve abaixo dos limites de suporte das plantas, o que provocou um menor desenvolvimento vegetativo na soja semeada entre outubro e novembro, com prejuízos na floração e frutificação.

QUADRO 14 – BRASIL – PRODUÇÃO DE SOJA NAS SAFRAS DE 1983/84, 1984/85 E 1985/86[1]
(1.000 t)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	1983/84	1984/85	1985/86
Maranhão	8	9	13
Bahia	36	75	149
Minas Gerais	554	883	811
São Paulo	871	960	821
Paraná	4.121	4.413	2.300
Santa Catarina	579	564	459
Rio Grande do Sul	5.415	5.711	3.655
Mato Grosso do Sul	2.003	2.559	1.920
Mato Grosso	1.050	1.656	1.793
Goiás	847	1.356	1.127
Distrito Federal	52	92	93
Brasil	15.536	18.278	13.142

FONTE – IBGE.
[1] Estimativa de março.

QUADRO 15- BRASIL – RENDIMENTO FÍSICO MÉDIO DE SOJA NAS SAFRAS DE 1983/84, 1984/85 E 1985/86[1]
(kg/ha)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	1983/84	1984/85	1985/86
Maranhão	1.784	1.109	1.539
Bahia	1.300	1.200	1.504
Minas Gerais	1.668	1.975	1.919
São Paulo	1.802	1.926	1.750
Paraná	1.892	2.009	1.353
Santa Catarina	1.377	1.342	1.148
Rio Grande do Sul	1.487	1.570	1.139
Mato Grosso do Sul	1.698	1.957	1.600
Mato Grosso	1.995	2.082	1.960
Goiás	1.456	1.847	1.800
Distrito Federal	1.733	2.028	1.900
Brasil	1.650	1.800	1.445

FONTE – IBGE.
[1] Estimativa de março.

O retardamento da semeadura, por outro lado, impede o desenvolvimento das plantas dentro do ciclo normal de fotoperiodismo, resultando, automaticamente, em menor produtividade.

No Paraná, o Norte foi mais afetado do que o Oeste e, em Mato Grosso do Sul, a estiagem atingiu a região Sul do estado, principalmente a área de Dourados. Ao Norte de Campo Grande, informações de mercado dão conta de que os produtores estimam colher algo em torno dos 2.500 kg/ha de soja.

No cômputo geral, são previsíveis problemas sérios para os produtores das regiões atingidas pela seca. Ainda que suas perdas sejam cobertas pelo **Proagro**, seus custos médios de produção cresceram bastante em relação à última safra, quando os rendimentos físicos por ha foram muito bons.

Os preços, por outro lado, não permitem grande otimismo. Diante da folgada oferta de soja no mercado internacional, a seca e a retração da produção brasileira praticamente não afetaram as cotações em Chicago (EUA), há meses estacionadas pouco acima de US$ 5/bushel.

Após a adoção do **Plano de Estabilização Econômica**, tornou-se mais difícil fazer conjecturas a respeito da comercialização da próxima colheita. O que é possível imaginar é que, com os preços mínimos congelados e a taxa de câmbio fixada em Cz$ 13,84/dólar, apenas a elevação dos preços no exterior poderia modificar o atual quadro, que aponta para a comercialização da soja nos níveis do preço mínimo (Cz$ 125,40/60 kg), o que faria do governo federal, novamente, um grande comprador, em especial no Centro-Oeste.

A questão dos preços nos contratos fixados para venda da soja antes de 28 de fevereiro e que, portanto, deverão ser convertidos em cruzados, ainda não está definida, da mesma forma que, em meados de março, ainda não havia qualquer resolução sobre os juros a serem cobrados pelos empréstimos do crédito rural, depois da extinção da correção monetária.

QUADRO 16 – BRASIL E ESTADOS SELECIONADOS – RENDIMENTO FÍSICO MÉDIO DE SOJA (1976-85) – kg/ha

ANO	PARANÁ	RIO GRANDE DO SUL	MATO GROSSO DO SUL	BRASIL
1976	2.160	1.549	nd	1.750
1977	2.136	1.627	nd	1.770
1978	1.341	1.217	954	1.226
1979	1.709	900	1.426	1.240
1980	2.240	1.439	1.639	1.727
1981	2.199	1.595	1.734	1.765
1982	2.000	1.192	1.825	1.565
1983	2.134	1.548	1.946	1.792
1984	1.892	1.487	1.698	1.650
1985	2.009	1.570	1.957	1.800

FONTE – IBGE.

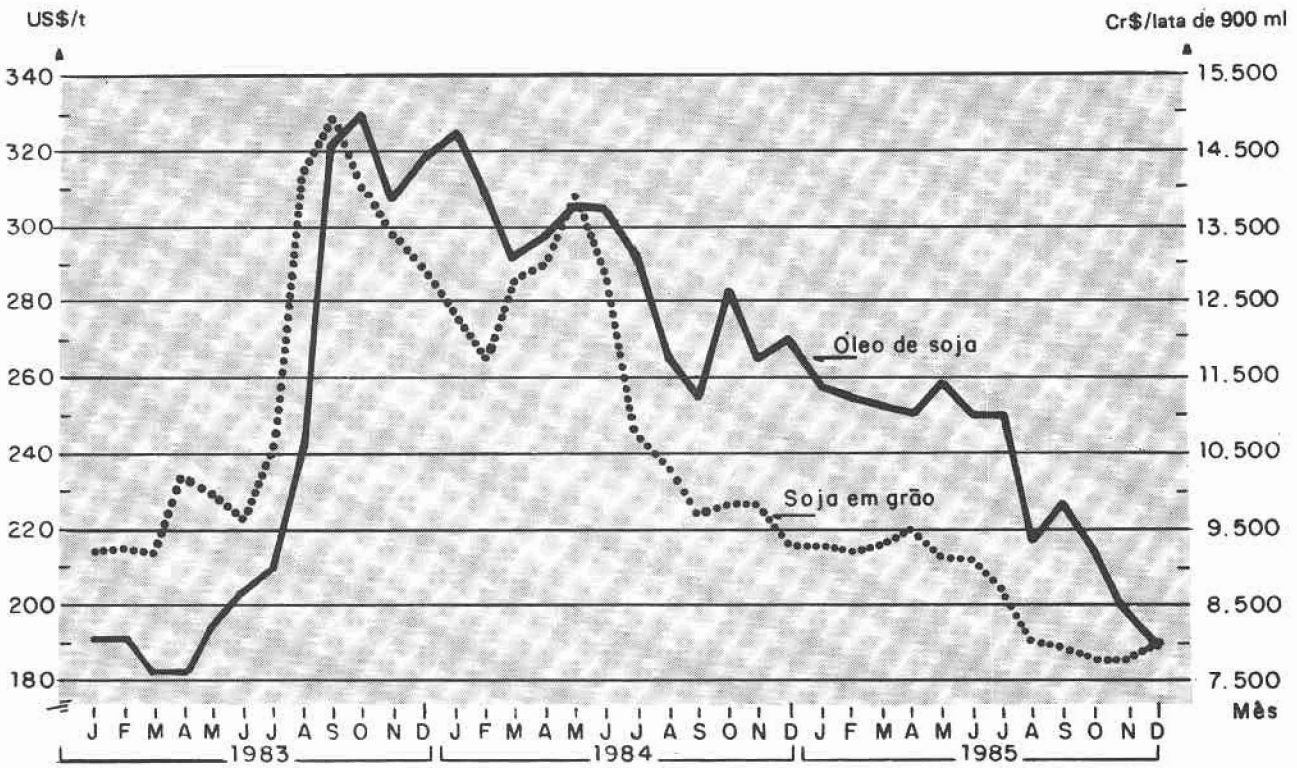
As incógnitas são muitas. Se, por um lado, é difícil imaginar como fica a situação dos produtores diante de preços comprimidos e produtividades também reduzidas, de outro, é fácil detectar os problemas criados na esfera da comercialização do óleo, no mercado interno, a partir de algum crescimento das cotações da soja no exterior, já que os preços, no Brasil, encontram-se congelados.

A esse respeito é interessante observar o Gráfico 04, no qual é apresentado o comportamento dos preços de soja em grão na **Bolsa de Chicago (EUA)**, e do óleo refinado



SOJA EM GRÃO E ÓLEO DE SOJA – COTAÇÕES MÉDIAS MENSAIS NA BOLSA DE CHICAGO (EUA) E NO VAREJO DE SÃO PAULO
1983-85

GRÁFICO 04



FONTE: CFP
Obs.: Preços reais do óleo de soja, corrigidos para fevereiro de 1986.

no mercado varejista de São Paulo. A comparação se justifica, uma vez que os preços em Chicago são a base dos preços pagos aos produtores no Brasil, sendo estes, em última instância, os que ditam o patamar onde podem se situar as cotações de venda do óleo, mantendo-se as margens da indústria e do comércio. É evidente que também são sempre computadas, na formação dos preços a serem pagos pelos consumidores brasileiros, as cotações que o óleo alcançaria no exterior, caso fosse exportado.

No Gráfico 04, nota-se a existência de uma relação forte entre a cotação do grão em Chicago e a do óleo de soja, no varejo de São Paulo. Fica, ainda, registrada a influência da seca que afetou a safra norte-americana, em meados de 1983, que se refletiu de forma intensa sobre os preços pagos pelos consumidores de óleo de soja, no Brasil.

A queda das cotações no exterior, a partir de outubro daquele ano, até fevereiro de 1984, não foi integralmente repassada aos preços no Brasil, da mesma forma que não o foram as quedas ininterruptas dos preços externos entre maio e dezembro de 1984.

Todo esse raciocínio espelha apenas, mais uma vez, a vulnerabilidade do consumidor brasileiro, diante de oscilações de preços no mercado internacional das **commodities** que o Brasil produz e exporta em abundância.

Nesse momento, os preços no exterior encontram-se baixos, não sendo previsíveis, a curto prazo, maiores problemas na compatibilização do congelamento do varejo, com o custo da matéria-prima.

Nessa outra ponta – a dos preços pagos aos produtores – a situação é um pouco mais confusa. O governo



federal prepara-se para adquirir grandes quantidades de soja na região Centro-Oeste, à semelhança do ocorrido na última safra, já que as cotações de mercado devem se situar muito próximas do preço mínimo.

No mercado externo, a oferta de soja é ampla e os estoques mundiais devem crescer de 16,2 milhões de t, em 1º de setembro de 1985, para 21 milhões de t, no início do ano comercial 1986/87 (setembro-agosto), segundo os dados do **Departamento de Agricultura** norte-americano. A relativa estabilidade dos preços do grão, no mercado internacional, vem se dando, de certa forma, nos últimos meses, pelos movimentos contrários das cotações do farelo e óleo (ver Quadro 17). Enquanto o farelo se fortalecia, como conseqüência da queda do dólar norte-americano frente às moedas européias, o óleo tinha seus preços em queda, em função do aumento da produção de óleo de palma e de retrações expressivas das compras soviéticas, indianas e iranianas de óleo de soja (ver Quadro 18). Estes três países são, ao lado do Paquistão, os maiores compradores de óleo brasileiro.

A publicação alemã **Oil World**, por outro lado, diagnostica que poderá haver um fortalecimento dos preços do óleo a médio prazo, como conseqüência da redução na safra argentina de girassol, nos estoques de óleo de palma na Malaísia e da própria dimensão da safra de soja dos **EUA**, em 1986.

Tudo indica que a maior parcela da produção brasileira que será escoada para o exterior nos próximos meses acabará recebendo preços bastante semelhantes aos atuais. Produtores, industriais e exportadores em geral ganharão menos em 1986, mas é previsível que as quedas das receitas dos produtores sejam bem mais acentuadas do que a dos outros dois. A indústria tem a alternativa de importar em regime de **draw-back**, se isso lhe for interessante, em termos de preços e custos de produção.

Para o país, a retração na entrada de divisas será expressiva. Dos US$ 2,5 bilhões auferidos em 1985, pode-se projetar uma receita da ordem de US$ 1,4 bilhão, considerada uma produção de 12,6 milhões de t e exportações de 500 mil t de grão, 6,7 milhões de t de farelo e 500 mil t de óleo, a preços projetados pelo **USDA** para o presente ano comercial. Estas estimativas implicam na manutenção das quantidades necessárias de farelo e óleo para suprir o consumidor brasileiro.

A eventual elevação dos preços no exterior, no pico de comercialização dessa safra curta, obrigará o governo a intervir fortemente no mercado, principalmente no que tange à quantidade de exportação e aos preços no mercado interno.

QUADRO 17 - SOJA EM GRÃO, FARELO E ÓLEO – PREÇOS NO MERCADO NORTE-AMERICANO (JULHO-85/JANEIRO-86)
(US$/t)

MÊS	SOJA EM GRÃO	FARELO	ÓLEO
Julho-85	201	126	641
Agosto	188	134	531
Setembro	184	144	497
Outubro	179	156	457
Novembro	184	157	455
Dezembro	189	160	472
Janeiro-86	194	169	455
Fevereiro-86	193	169	411

FONTE – USDA.

QUADRO 18 - ÓLEO DE SOJA – IMPORTAÇÃO DE DIVERSOS PAÍSES 1983/84 – 1985/86
(1.000 t)

PAÍS	1983/84	1984/85[1]	1985/86[2]
Índia	808	400	350
Irã	305	320	275
Paquistão	301	200	200
URSS	100	325	200

FONTE – USDA.
[1] Dados preliminares;
[2] estimativa.

PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA

CAFÉ

A **Resolução nº 31**, de 20/03/86, do **IBC**, fixa os preços mínimos que vigorarão para as exportações de café solúvel, realizadas entre 1º /05/86 e 30/06/86, e que serão de US$ 5,00/libra-peso, no caso do **spray dried** e **extrato líquido** e US$ 7,00/libra-peso, no do **freeze dried**.

A **Resolução** estabelece, ainda que, em maio, os registros deverão ser de até 65 mil sacas e em junho de até 70 mil. **(Diário Oficial da União**, de 1º/04/86).

A **Resolução nº 33**, de 26/03/86, do **IBC**, fixa o teto de 400 mil sacas para os registros de exportações de café verde em grão ou torrado e moído a serem embarcadas entre 1º e 31 de maio. A este total poderá ser acrescido o saldo existente em 31/03/86. A **Resolução nº 35** de 04/04/86, do **IBC** institui o **Programa de Retenção de Estoques**, vinculado às exportações de café verde. O **Programa** prevê uma **Retenção Reversível** e uma **Retenção Definitiva** e estabelece que o café retido deverá ser da mesma variedade daquele a ser exportado e do tipo 7/8 para melhor.

A **Retenção Reversível** se dará na proporção de uma saca de café para cada três sacas cujo registro o exportador solicitar, e o prazo de retenção será de sessenta dias, contados a partir da data do embarque.

A **Retenção Definitiva** consiste na entrega compulsória ao **IBC** de café da variedade **Conillon**, na proporção de 10% em maio e 15% em junho, do café verde que tiver seu registro solicitado pelo exportador. O **IBC** pagará ao exportador o preço simbólico de Cz$ 100/saca. O exportador terá prazo de 48 horas a partir do registro para efetuar as **Retenções**, sem o que as **Declarações de Venda** correspondentes serão automáticamente canceladas. **(Diário Oficial da União**, de 11/04/86).

CRÉDITO RURAL

A **Circular nº 1.017**, de 25/03/86, do **Banco Central do Brasil**, define os procedimentos a serem adotados em relação às operações de crédito rural contratadas antes de 28/02/86.

No caso de **operações sem cláusula de correção monetária**, a conversão para cruzados do saldo devedor em cruzeiros, projetado até o vencimento da operação, será feita com base no somatório do valor das prestações (expresso em cruzeiros e apurado com base no saldo de 28/02/86, acrescido dos juros contratuais futuros) dividido pelo fator de conversão previsto para o dia do vencimento da prestação. Parcelas da mesma dívida, utilizadas após 28/02/86, bem como os respectivos acessórios e as despesas debitadas a partir daquela data, devem ser contabilizadas em cruzados e em conta autônoma. Neste caso, os saldos devedores ficam sujeitos a juros de 3% a.a.

No caso de **operações com correção monetária**, o saldo devedor, reajustado até 28/02/86, será convertido em cruzados à paridade Cr$1.000/Cz$ 1,00. Os juros continuarão sendo calculados e exigidos às taxas e épocas ajustadas e os saldos devedores de operações com prazos de resgate remanescentes superiores a um ano (contado a partir de 28/02/86)



ficam sujeitos a reajuste com base na **OTN**, segundo periodicidade a ser determinada pelo **Conselho Monetário Nacional**, observados os percentuais do índice de correção contratualmente ajustados.

No caso de **operações contratadas com base na Resolução nº 782**, de 16/12/82, (operações contratadas a taxas de 55% de variação do **INPC** nas áreas da **Sudam, Sudene, Vale do Jequitinhonha** e **Espírito Santo** e de 70% nas demais regiões sujeitas; em ambos os casos com revisão periódica de juros) a conversão se fará de forma análoga à empregada no caso das operações sem cláusula de correção monetária, com duas diferenças. No cálculo das prestações futuras o saldo devedor em 28/02/86 será acrescido de taxas de juros de 103% a.a., no período de 1º /01/86 a 30/06/86 e o somatório dos valores obtidos convertido através do uso do fator de conversão, representará o saldo da dívida em cruzados que estará sujeito a juros de 5% a.a., a partir de 30/06/86.

No que se refere a liberações e refinanciamentos, a **Circular** estabelece, que no caso de créditos cuja utilização esteja vinculada à variação da **ORTN**, as parcelas a liberar serão apuradas pela instituição financeira com base na cotação da **ORTN** de fevereiro de 1986 (Cr$ 93.039,40) e convertidas em cruzados pela paridade Cr$1.000/Cz$ 1,00. Nos demais casos, fica a critério da instituição financeira a conversão pela paridade acima ou o uso de fator de consão. Entretanto, o **Banco Central** se desobriga de assegurar dotação suplementar para cobrir insuficiência decorrente da adoção da paridade Cr$ 1.000/Cz$ 1,00.

A **Circular** trata, ainda, das coberturas do **Proagro**, que serão calculadas com base nos saldos em cruzados **(Diário Oficial da União** de 26/03/86).

A **Carta Circular nº 1.387**, de 09/04/86, do **Banco Central** apresenta os **Valores Básicos de Custeio** das lavouras de aveia, cevada, centeio, trigo e triticale da safra 1986.

Para as lavouras de aveia, cevada e centeio o limite de financiamento será de 60% para os grandes produtores e de 80% para os demais.

Os produtores de trigo e triticale estarão sujeitos a condições especiais. Em lugar das tradicionais faixas de produtividade que permitem a classificação dos produtores segundo o nível de tecnologia utilizada, foram criados cinco níveis: o primeiro compreende apenas mini e pequenos produtores que não atenderam as condições dos demais níveis; no terceiro, os produtores com produtividade mínima de 1.500 kg/ha e, no quinto, aqueles com produtividade mínima de 3.000 kg/ha (considera-se a produtividade da safra 1985, ou da anterior, se esta tiver sido afetada por condições meteorológicas extremamente adversas). Os segundo e quarto níveis englobam produtores que não se enquadrarem no nível seguinte ou forem iniciantes em culturas de trigo/triticale de sequeiro (segundo nível) ou irrigado (quarto nível).

Os limites de financiamento são de 100% para produtores enquadrados no primeiro, terceiro e quinto níveis e de 80% para os demais.

Para lavouras de sementes fiscalizadas ou certificadas, poderá ser concedido acréscimo de 25% sobre o **VBC** do produto comum.

Exceto para o nível 1, é obrigatória a assistência técnica, própria ou contratada, e o compromisso de observar as recomendações das **Comissões Regionais de Pesquisa do Trigo**. Prevê-se o desconto, nos totais a liberar, dos percentuais correspondentes a não utilização de insumos, caso a assistência técnica recomende este procedimento.

A **Circular nº 1.022**, de 09/04/86, do **Banco Central**, fixa em 6% a.a. os juros a vigorarem para os financiamentos de custeio, aveia, centeio, cevada, trigo e triticale da safra 1986. **(Diário Oficial da União**, de 11/04/86).

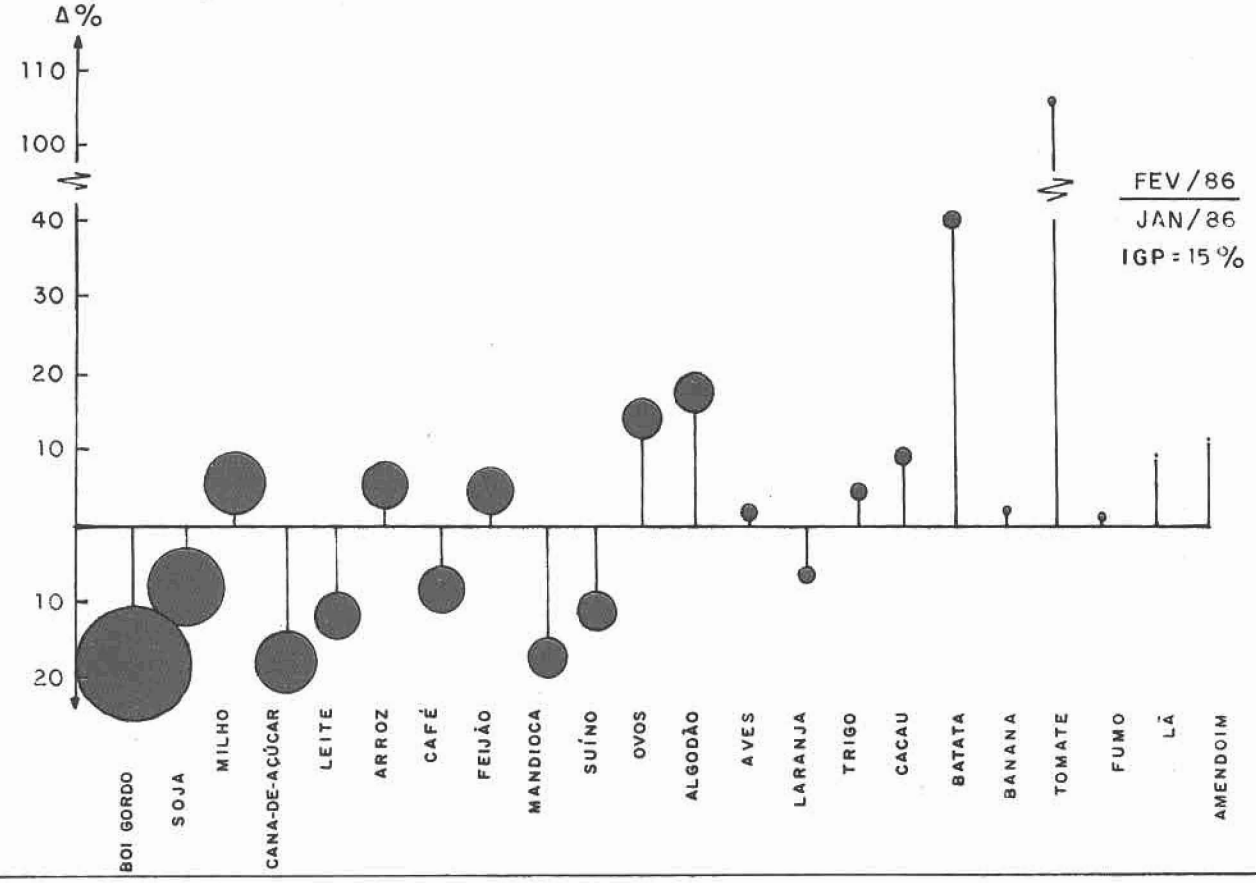


LEITE

O **Decreto nº 92.475**, de 20/04/86, do **Poder Executivo** cria **Comissão Interministerial** com a incumbência de elaborar estudos destinados à criação de uma **Política de Ação Governamental para o Setor Leiteiro**. Esta deverá abranger desde a produção até o consumo incluindo ações referentes ao mercado externo.

A **Comissão** será coordenada pela **Secretaria de Planejamento da Presidência da República** e composta por representantes da **Secretaria de Planejamento, Ministério da Agricultura, Ministério da Fazenda, Ministério da Indústria e Comércio, setor industrial de laticínios, setor produtor de leite** e **Confederação Brasileira das Cooperativas de Laticínios**. O relatório final dos trabalhos da **Comissão** deverá ser apresentado no prazo de seis meses, a partir de sua instalação **(Diário Oficial da União**, de 21/03/86).

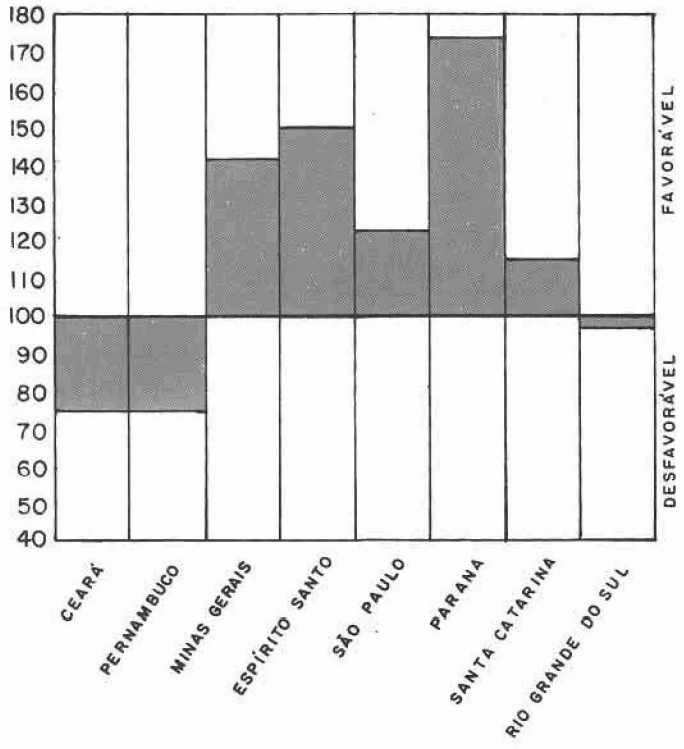
PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES E RELAÇÃO DE TROCAS



No gráfico ao alto, as retas indicam as diferenças entre a variação percentual dos preços recebidos pelos agricultores (mês corrente em relação ao mês anterior) e a variação do **IGP-DI**, permitindo visualizar os ganhos potenciais do Setor Agrícola relativamente à inflação, tal como medida por aquele indicador. Os círculos que encimam as retas representam a participação percentual do valor da produção de cada produto no valor da produção global da agropecuária, em 1980.

No gráfico ao lado, está a relação de trocas entre a agropecuária e a indústria, referente a oito unidades da Federação. Os resultados acima de 100 indicam que os preços recebidos pelos agricultores cresceram mais do que os por eles pagos na compra de insumos.

RELAÇÃO DE TROCAS (ÍNDICES DE PREÇOS RECEBIDOS/ ÍNDICE DE PREÇOS PAGOS – 1970 = 100) EM ESTADOS SELECIONADOS FEVEREIRO/1986



PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

GUIA DE LEITURA (posições nominais referentes ao mês de março)
1 – Preço médio um ano antes
2 – Preço médio no mês de março *
3 – Preço médio na última quinzena de março *
4 – Preço médio na última semana de março *
5 – Comportamento dos Preços Futuros
6 – Tendência do mercado
7 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos trinta dias

* futuro – primeira entrega

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
AÇÚCAR RAW US ¢/lb-peso	4,00	7,00	7,48	7,99	7,39 / 7,61 / 7,69 / 7,74 / 7,91	↗	Rumores de que a URSS poderá adquirir até 1 milhão de t de açúcares refinado e demerara. O governo brasileiro (IAA) tenta cancelar contratos de venda de açúcar correspondentes a 200 mil t.
ALGODÃO 1-1/16" US ¢/lb-peso	65,94	63,93	64,06	64,81	62,33 / 63,93 / 64,24 / 42,75 / 42,81	↘	Perspectivas de excedentes elevados da safra 1985/86. Entrada da safra norte-americana, em setembro, também é fator de baixa.
CACAU BAHIA US$/tonelada	2.251	1.992	1.978	1.910	1.975 / 1.992 / 2.034 / 2.068 / 2.104	↗	Insucesso nas negociações do Acordo Internacional e entrada do cacau africano no mercado.
CAFÉ CONTRATO C NOVA IORQUE US¢/lb-peso	143,58	246,01	241,58	239,18	246,13 / 246,01 / 250,13 / 254,43 / 256,59	↗	Houve grandes vendas dos países exportadores, no primeiro semestre do ano cafeeiro 1985/86. A partir de maio, espera-se a reversão da atual tendência baixista, devido à probabilidade de geadas no Brasil.

FONTE DOS DADOS BRUTOS – Bolsa de Nova Iorque.

NOTA – Todas as cotações são de primeiro futuro.

PANORAMA AGROPECUÁRIO

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
MILHO TWO YELLOW US ¢/bushel	275,28	231,35	233,24	232,80	232,09 / 231,35 / 228,76 / 211,53 / 208,80	↓	O plantio da safra norte-americana prossegue normalmente e as exportações estão abaixo do previsto.
SOJA - GRÃO ONE YELLOW US ¢/bushel	594,45	535,77	536,47	535,65	534,27 / 535,77 / 538,31 / 536,23 / 521,54 / 517,75 / 527,43	↓	Aumento das compras de óleos vegetais pela Índia e pela URSS. Redução da demanda mundial pelo farelo de soja. Possibilidade de aumento do plantio nos EUA, em relação às primeiras estimativas da safra 1986/87.
SOJA FARELO US$/tonelada	135,62	160,23	159,49	157,00	160,85 / 160,23 / 160,24 / 159,96 / 155,36 / 156,92 / 152,38 / 153,48	↓	As apertadas margens de esmagamento podem reduzir a oferta do farelo, nas próximas semanas.
TRIGO SOFT RED US ¢/bushel	341,09	300,58	305,26	308,03	347,01 / 300,58 / 254,55 / 256,00 / 266,65	↓	Houve uma queda de 42% nas exportações norte-americanas, no ano comercial 1985/86. A nova lei agrícola dos EUA tende a reduzir os preços dos cereais, de modo a tornar mais competitivas as exportações.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Bolsa de Nova Iorque.

NOTA — Todas as cotações são de primeiro futuro.

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

GUIA DE LEITURA
1 – Preço médio de fevereiro de 1984, corrigido pelo IGP. para março de 1986
2 – Preço médio no mês de março
3 – Preço médio na última quinzena de março
4 – Preço médio na última semana de março
5 – Tendência do mercado
6 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos 30 dias

Em virtude do advento do Plano de Estabilização Econômica e de não se terem definido, ainda, as margens dos diversos agentes econômicos envolvidos no processo de comercialização, o Panorama Agropecuário-Mercado Interno, está sendo publicado com a omissão da tendência.

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
ALGODÃO tipo 6–Sul do BR Cr$/15 kg 1º futuro	287,28	230,13	241,59	253,52		Continua o ingresso da safra do Centro-Sul. Influência da grande quebra da produção permanece. Os preços recebidos pelos produtores paulistas alcançaram Cz$ 80/@.
ARROZ Amarelão - Est. Cen. Cr$/sc. 60 kg	307,39	300,00	300,00	300,00		Ainda ocorrem muitas vendas abaixo do preço mínimo (Cz$ 130,00 para o arroz irrigado e Cz$ 133,80 para o de sequeiro), em razão da necessidade de pagamento de dívidas. No entanto, a comercialização enfrenta o problema da tabela no varejo.
CAFÉ Tipo 6 Cr$/sc. 60 kg	2.278,40	3.728,02	3.537,04	3.443,80		As cotações seguiram a tendência do mercado internacional. A pequena demanda dos exportadores contribuiu para a queda dos preços.
BOI GORDO Cr$/arroba	188,10	215,00	215,00	215,00		Em plena safra, o fluxo de animais para abate atinge seu ponto máximo. Atrasado, o governo federal anunciou os recursos para a estocagem de carne e de boi em pé.

FONTE DOS DADOS BRUTOS – Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: IEA-SP e Frango Vivo: APA-SP.

NOTA – Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP – DI.

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contató com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
FEIJÃO Carioquinha Especial Cr$/sc. 60 kg	343,23	371,00	371,00	367,00		O feijão da safra das águas, em São Paulo, tem uma cotação média de Cz$ 370/60 kg e o da seca é, em média, Cz$ 40/60 kg mais caro. Caso a entrada da safra prossiga normalmente, permanecerá esta diferença.
FRANGO Vivo Cr$/kg	5,64	7,92	7,76	7,80		A entrada da safra de milho colabora para estabilizar os custos de produção.
MILHO Amarelo Semiduro Cr$/60 kg						Sem cotação.
SOJA - GRÃO Industrial Cr$/60 kg	155,30	142,90	142,90	143,30		Há influência das apertadas margens de esmagamento, do comportamento dos preços no exterior e do tabelamento no varejo.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: IEA-SP e Frango Vivo: APA-SP.

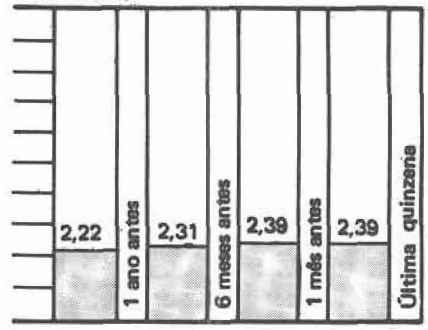
NOTA — Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP — DI.

PREÇOS RELATIVOS - MERCADO EXTERNO

Os preços relativos referem-se ao quociente resultante da divisão dos preços absolutos de cada produto, obtidos nas fontes citadas abaixo. Os preços relativos algodão/soja e algodão/milho têm seu quociente multiplicado por 20 devido à disparidade entre as medidas utilizadas para o algodão (libra-peso) e para a soja e o milho (bushel).

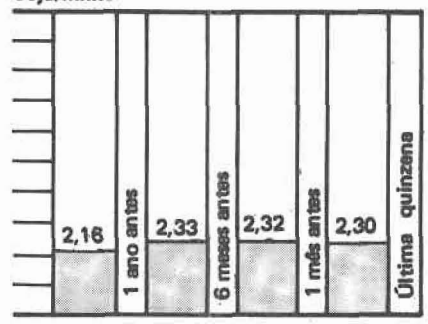
Não houve ocorrências significativas nos mercados do algodão e da soja, o que acarretou a inalterabilidade recente de suas cotações. Há um ano, porém, este preço relativo apontava maior valorização da soja, que, neste período, ressentiu-se com a oferta internacional elevada, a qual suplantou o aumento observado no consumo mundial.

Algodão/Soja



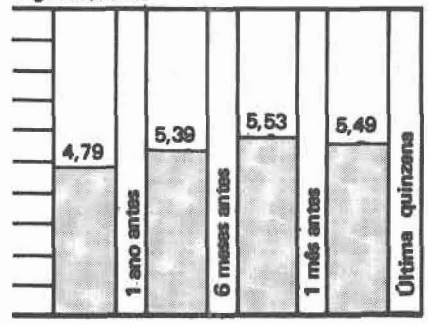
Similarmente, o mercado do milho vem-se caracterizando pela permanência dos seus preços, em face do abastecimento pleno do mercado e do desenvolvimento sem problemas do plantio da nova safra. Desde há um ano, sua cotação registra desvalorização frente ao preço da soja.

Soja/Milho



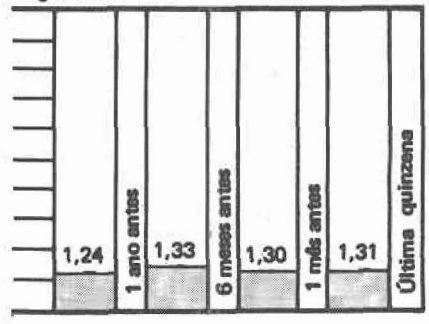
Ligeiro arrefecimento no processo altista do preço relativo algodão/milho foi registrado na última quinzena, em razão do movimento marginal de avanço havido no preço do milho, relativamente à média do mês. Houve queda, no período de um ano, na cotação do milho, da ordem de 15%, que, quando comparada aos 3% registrados no caso do algodão, denuncia os efeitos da larga oferta do cereal no mercado norte-americano.

Algodão/Milho



Durante um ano, pouco tem variado o preço relativo trigo/milho, pois são semelhantes as perdas nas cotações de ambos os produtos. O mercado do trigo apresenta-se sob influência de oferta mundial elevada, acirrando-se a concorrência entre os **Estados Unidos da América** e a **Comunidade Econômica Européia**, pela manutenção e/ou conquista de novos mercados.

Trigo/Milho

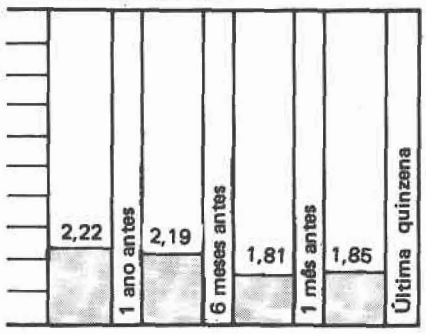


FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão: Cotton World Statistics; Soja, Milho e Trigo: Commodity Year Book.

PREÇOS RELATIVOS - MERCADO INTERNO

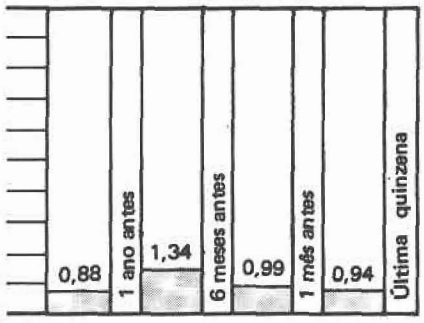
O preço da arroba do boi gordo foi congelado em Cz$ 215,00. O preço da carne avícola no varejo está tabelado, mas a cotação da ave viva caiu 2% na quinzena, em comparação com a média do mês, refletindo oferta elevada de frangos (resquício do maior alojamento ocorrido em fins do ano passado). O preço relativo boi gordo/frango vivo da última quinzena recuperou-se, portanto, comparativamente à média do mês.

Boi Gordo/Frango Vivo



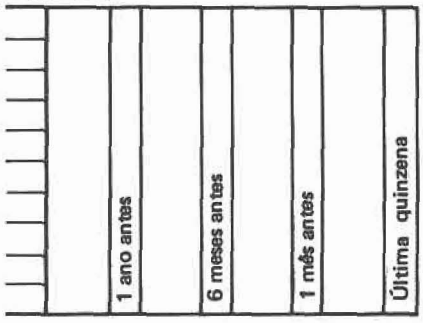
Diminuiu, na quinzena, o preço relativo frango vivo/ração para ave de corte, em cotejo com a média do mês, não só devido ao mencionado decréscimo havido no preço da ave como, também, ao avanço de 4% registrado no preço da ração. O nível de lucratividade dos criadores, porém, está maior do que um ano antes.

Frango Vivo/Ração Ave de Corte



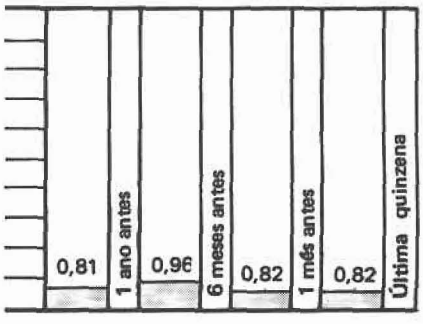
Os produtores de milho não vêm encontrando outra opção que não a venda ao governo federal. Não se dispõe de informações suficientes sobre os preços capazes de permitir que se estabeleça a relação do mês e da quinzena.

Soja/Milho



A relação apresenta notável estabilidade. Na média de março do atacado de São Paulo, o feijão carioquinha esteve cotado em Cz$ 390,00/60 kg e, no Rio de Janeiro, o feijão preto atingiu Cz$ 365,00/60 kg. Nas duas primeiras semanas de abril, atingiram, respectivamente, Cz$ 386,25 e Cz$ 365,00. Segundo a CFP, a oferta conjunta das safras anuais será composta por 1,841 milhão de t de feijão de cores e 352 mil t de feijão preto e seu estoque atual incorpora 149 mil t de feijão preto e 180 mil t de feijão de cores (45% preto e 55% cores). É uma baixa participação do feijão preto e espera-se que os estoques finais (1º/11/86), estimados em 123 mil t, tenham ainda menos desta variedade (52 mil t em 123 mil t).

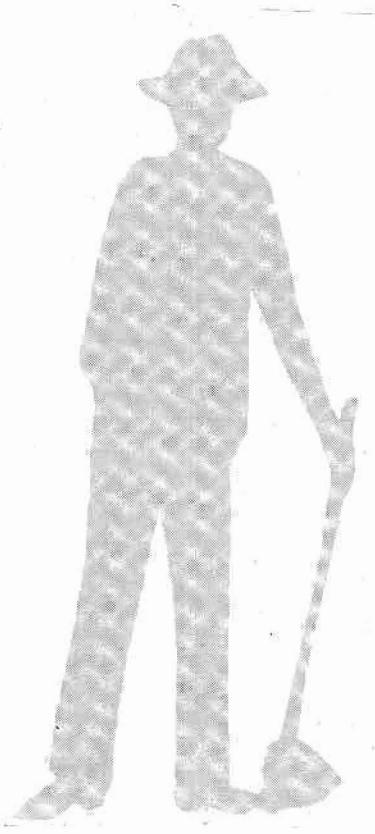
Feijão Preto/Feijão Carioquinha



FONTE DOS DADOS BRUTOS — Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP; Frango Vivo e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agr. SP e APA; Feijão Preto, Feijão Carioquinha, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS

Esta página apresenta o resultado para o Brasil, como um todo, da pesquisa mensal de previsão e acompanhamento das colheitas de lavouras no ano civil, conduzida pela **Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias – CEPAGRO**, cuja coordenação técnica é do **IBGE**. A pesquisa se faz em todo o território nacional e dela participam diversas entidades públicas e privadas, dentre as quais o **Ministério da Agricultura, Banco do Brasil, Sistema Brasileiro de Extensão Rural, Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola, Companhia de Financiamento da Produção, Secretarias de Agricultura e Secretarias de Planejamento.** Seus resultados, segundo dispositivo legal (**Decreto 68.678/71**), são compulsórios para os órgãos da Administração Federal, direta e indireta e para as entidades a ela vinculadas. Os leitores de **Agroanalysis** têm aqui, mensalmente, os dados oficiais atualizados do comportamento das safras brasileiras.



QUADRO 19 – LAVOURAS – ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO ESPERADA NO ANO CIVIL DE 1986, SEGUNDO LEVANTAMENTO DE MARÇO[1]

ESPECIFICAÇÃO	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO ESPERADA (t)
Abacaxi	...	...
Algodão	...	...
Algodão arbóreo	1.211.950	222.230
Algodão herbáceo	...	...
Alho	...	...
Amendoim	...	...
Amendoim (1ª safra)	110.437	153.301
Amendoim (2ª safra)	...	...
Arroz	5.568.912	10.082.952
Aveia	...	...
Banana	...	...
Batata-inglesa	...	...
Batata-inglesa (1ª safra)	94.885	929.875
Batata-inglesa (2ª safra)	...	...
Cacau	...	...
Café em coco	2.261.639	2.004.000
Cana-de-açúcar	...	...
Cebola	67.021	677.404
Centeio	...	...
Cevada	...	...
Coco-da-baía	172.649	586.965[2]
Feijão	...	...
Feijão (1ª safra)	2.879.989	1.067.457
Feijão (2ª safra)	...	...
Fumo	...	...
Guaraná	...	...
Juta	39.070	35.381
Laranja	...	...
Malva	38.104	36.277
Mamona	437.935	352.972
Mandioca	2.040.161	25.533.141
Milho	...	...
Pimenta-do-reino	...	...
Rami	5.150	5.150
Sisal	329.863	287.906
Soja	9.093.703	13.142.271
Sorgo granífero	...	...
Tomate	...	...
Trigo	...	...
Uva	58.494	656.230

FONTE – IBGE.

1 **Dados preliminares sujeitos a retificações; não constam outras apurações, em nível nacional, até o momento;**

2 **mil frutos;**

3 **mil cachos.**

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas da organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativo e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 – Caixa Postal 9052 – ZC 02
Tel.: 551-1542
CEP. 22250 – Rio de Janeiro – RJ

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente-Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

CONSELHO DIRETOR:
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Aldo Batista Franco, Eugênio Gudin, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr. e Octávio Gouvêa de Bulhões.
Membros Suplentes: Carlos Alberto Pires de Carvalho Albuquerque, Luiz Fernando da Silva Pinto e Marcos Pereira Vianna.

CONSELHO CURADOR:
Presidente: Alberto Pires Amarante
Vice-Presidente: – .
Membros: Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antonio Garcia de Miranda Neto, Antônio Ribeiro França Filho, Associação de Bancos de São Paulo, Celso Timponi, Cezar Reis Cantanhede e Almeida, Domingos Marques Grello, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Estado de Minas Gerais, Estado de São Paulo, Geraldo Wilson Nunan, Glycon de Paiva, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Instituto de Resseguros do Brasil, Mário Abrantes da Silva Pinto, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rubens D'Almada Horta Porto, Salles/Interamericana de Publicidade S. A. e Theodoro Arthou.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA:
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Vice-Presidente: Mário Henrique Simonsen
Membros: Angelo Jorge de Souza, Eugênio Gudin, Janes Angelo de Souza e Julian Magalhães Chacel.

DEPARTAMENTO DE ENSINO:
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Mário Henrique Simonsen

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS:
Diretor: Julian Magalhães Chacel

Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional: Luiz Aranha Corrêa do Lago
Grupo de Gerência e Economia da Informação: Moacyr Antonio Fioravante

Divisão de Contabilidade Social
Diretor: Angelo Jorge de Souza

Centro de Contas Nacionais: Maria Alice de Gusmão Veloso
Centro de Estudos Fiscais: Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais: Eden Gonçalves de Oliveira
Grupo de Análise Contábil: Angelo Jorge de Souza (Respondendo)

Divisão de Estatística e Econometria
Diretor: Janes Angelo de Souza

Centro de Estudos Agrícolas: Sylvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatísticas Econômicas: Marcos Pereira de Souza
Grupo Especial de Consumo: Roberto Maia de Camargo Abib

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Caixa Postal 9052
20.000 - RIO DE JANEIRO - RJ - BRASIL